

RELATÓRIO ANUAL

2012 - 2013



www.sadc.int

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	IV
LISTA DE TABELAS.....	V
ACRÓNIMOS	VI
SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1.0 INTRODUÇÃO.....	11
2.0 VISÃO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS REGISTADOS NA REGIÃO	11
2.1 ACONTECIMENTOS POLÍTICOS.....	11
2.2 ACONTECIMENTOS DE CARÁCTER ECONÓMICO	13
2.2.1 PIB REAL.....	14
2.2.2 INFLAÇÃO	14
2.2.3 POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL.....	15
2.2.4 SECTOR FISCAL	15
2.2.5 SECTOR EXTERNO.....	16
2.2.6 PERSPECTIVAS A MÉDIO PRAZO.....	17
2.2.7 QUESTÕES E RECOMENDAÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICAS	18
3.0 IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	20
3.1 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E ECONÓMICA.....	20
3.1.1 CONSOLIDAÇÃO DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE	20
3.1.2 AUMENTO DA COMPETITIVIDADE PRODUTIVA	21
3.1.3 FINANÇAS E INVESTIMENTO	21
3.1.4 COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO MACROECONÓMICO	22
3.1.5 NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA DA SADC-UE	22
3.2 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS.....	23
3.2.1 PLANO DIRECTOR REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DA SADC	23
3.2.2 ENERGIA	25
3.2.3 TRANSPORTES.....	26
3.2.4 METEOROLOGIA.....	27
3.2.5 COMUNICAÇÕES E TIC	27
3.2.6 ÁGUAS	29
3.2.7 TURISMO.....	31
3.3 ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIROS	32
3.3.1 SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO	32
3.3.2 CULTURAS AGRÍCOLAS E PECUÁRIA.....	38
3.3.3 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DISSEMINAÇÃO DE TECNOLOGIAS AGRÁRIAS.....	39
3.3.4 POLÍTICA AGRÍCOLA REGIONAL.....	39
3.3.5 PRONTIDÃO DE RESPOSTA EM CASOS DE CALAMIDADES.....	39
3.3.6 GESTÃO CONJUNTA DOS RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIROS	40

3.3.7	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	41
3.4	PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO DE DIMENSÃO REGIONAL	42
3.4.1	EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS.....	42
3.4.2	EMPREGO E TRABALHO.....	43
3.4.3	SAÚDE E FÁRMACOS.....	44
3.4.4	VIH e SIDA.....	45
3.4.5	PROGRAMA ESPECIAL: ÓRFÃOS, CRIANÇAS E JOVENS VULNERÁVEIS (OVCY).....	46
3.5	PROGRAMAS TRANSVERSAIS.....	47
3.5.1	GÉNERO E DESENVOLVIMENTO.....	47
3.5.2	ESTATÍSTICA.....	48
4.0	POLÍTICAS, PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	51
4.1	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E DE ESTRATÉGIAS	51
4.1.1	ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO DA SADC.....	51
4.1.2	PROGRAMA DE ANÁLISE E DE DIÁLOGO SOBRE POLÍTICAS DA SADC: EVENTOS DE “REFLEXÃO” SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL	51
4.1.3	OPERACIONALIZAÇÃO DO OBSERVATÓRIO REGIONAL DA POBREZA (ORP) DA SADC.....	52
4.2	PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	52
4.2.1	PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO.....	52
4.2.2	MONITORIZAÇÃO, PRESTAÇÃO DE RELATÓRIOS E AVALIAÇÃO.....	52
5.0	RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E APROVISIONAMENTO.....	55
5.1	RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO.....	55
5.1.1	REVISÃO DAS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS.....	55
5.1.2	RECRUTAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.....	55
5.2	APROVISIONAMENTO.....	55
5.3	RELAÇÕES PÚBLICAS	56
5.3.1	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DA SADC.....	56
5.3.2	PRÉMIO DE JORNALISMO E CONCURSO DE REDACÇÕES.....	56
5.3.3	INFORMAÇÃO SOBRE O SÍTIO WEB DA SADC.....	57
5.3.4	SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS.....	57
6.0	AUDITORIA E GOVERNAÇÃO, E ORÇAMENTO E FINANÇAS.....	58
6.1	AUDITORIA E GOVERNAÇÃO.....	58
6.2	ORÇAMENTO E FINANÇAS	59
6.2.1	ORÇAMENTO E FINANÇAS.....	59
6.2.2	PRIORIDADES OPERACIONAIS EM 2012/13.....	59
6.2.3	VISÃO GERAL SOBRE A SITUAÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA.....	60
	<i>Fonte: Demonstrações Financeiras da SADC referentes ao exercício findo a 31 de Março de 2013.....</i>	<i>64</i>
6.2.4	RISCOS FINANCEIROS QUE O SECRETARIADO ENFRENTA.....	64
7.0	REFORMAS E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAIS.....	65
8.0	INTEGRAÇÃO CONTINENTAL	67

8.1	PROCESSO TRIPARTIDO DA SADC – COMESA – EAC.....	67
8.1.1	<i>ZONA DE COMÉRCIO LIVRE TRIPARTIDA.....</i>	67
8.2	UNIÃO AFRICANA (UA) E NEPAD	67
8.2.1	<i>UNIÃO AFRICANA.....</i>	67
8.2.2	<i>NEPAD.....</i>	68
9.0	COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS...69	
9.1	COOPERAÇÃO SADC – UE	69
9.1.1	<i>PROGRAMA INDICATIVO REGIONAL DO 10º FED</i>	69
9.1.2	<i>PROGRAMAÇÃO PARA O 11º FED.....</i>	71
9.1.3	<i>DIÁLOGO POLÍTICO MINISTERIAL SADC/UNIÃO EUROPEIA</i>	71
9.2	SADC-BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO.....	72
9.3	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A ALEMANHA.....	73
9.4	COOPERAÇÃO SADC – JAPÃO.....	76
9.4.1	<i>V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TÓQUIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA.....</i>	76
9.4.2	<i>SEMINÁRIO DA SADC/OCDE/IFC/JICA SOBRE 'SUPERAÇÃO DOS OBSTÁCULOS PARA A PARTICIPAÇÃO DO SECTOR PRIVADO NAS INFRA-ESTRUTURAS AFRICANAS'.....</i>	76
9.5	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E OS ACTORES NÃO ESTATAIS	77
10.	CONCLUSÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES	79

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	SADC - PIB E TAXA DE INFLAÇÃO (%)	14
FIGURA 2	SADC – DÉFICE FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)	16
FIGURA 3	BALANÇA COMERCIAL E SALDO DA CONTA CORRENTE (% DO PIB)	17
FIGURA 4	PREVALÊNCIA DA DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	PRODUÇÃO DE CEREAIS POR ESTADOS MEMBRO, NAS CAMPANHAS AGRÍCOLAS DE 2005 A 2013 ('000 TONELADAS)	34
TABELA 2	TENDÊNCIA DO NÚMERO DE PESSOAS VULNERÁVEIS POR PAÍS ('000 DE PESSOAS)	36
TABELA 2	FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO PARA 2012/13 (US\$'000)	60
TABELA 3	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (RESUMO) (US\$'000)	62
TABELA 4	BALANÇO (RESUMO) (US\$'000)	63
TABELA 5	SITUAÇÃO DOS PROJECTOS E PROGRAMAS ELABORADOS PARA FINANCIAMENTO NO QUADRO DO 10º FED	70
TABELA 6	ESTÁGIO DOS PROJECTOS ATÉ SETEMBRO DE 2012	72
TABELA 7	VISÃO GERAL SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE FUNDOS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO SADC – ALEMANHA	74

Acrónimos

APE	Acordo de Parceria Económica
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CAADP	Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África
CBRI	Capacitação Institucional para a Integração Regional
CCARDESA	Centro de Coordenação da Investigação e Desenvolvimento Agrário da África Austral
CES	Tribunal Eleitoral Especial (TES)
CMC	Comité de Ministros do Comércio
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
COP	Conferência das Partes
CRASA	Associação dos Reguladores de Comunicações da África Austral
CSC	Centro de Serviços de Clima
CUA	Comissão da União Africana
EAC	Comunidade da África Oriental
EAD	Ensino Aberto e à Distância
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações para a Alimentação e Agricultura
FARA	Fórum de Investigação Agrária em África
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
HSGOC	Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo (<i>Heads of State and Government Orientation Committee</i>)
ICP	Parceiro de Cooperação Internacional
IPCH	Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados
IUU	Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulada
JCA	Autoridade Conjunta de Concorrência
MdE	Memorando de Entendimento
MIP	Programa Mínimo de Integração
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NPCA	Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD
NSC	Corredor Norte-Sul
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAR	Política Agrícola Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PPDF	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC
PTV	Prevenção da Transmissão Vertical (<i>PMTCT</i>) do VIH
RDC	República Democrática do Congo
REDD	Redução das Emissões Causadas pelo Desflorestamento e Degradação das Florestas
REIS	Apoio à Integração Económica Regional
RIDMP	Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
RPC	Cooperação Política Regional
RSAP	Plano de Acção Estratégico Regional
RSP	Documento de Estratégia Regional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAT	Southern African Trust
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão
SPME	Planificação, Monitorização e Avaliação de Estratégias
SQAM	Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia
SRII	Infra-estrutura Regional de Informação da SADC
TB	Tuberculose
TICAD	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África
TTF	Grupo de Trabalho Tripartido
UA	União Africana
UE	União Europeia
WEO	Perspectiva Económica Mundial
ZCL	Zona de Comércio Livre

SUMÁRIO EXECUTIVO

O período em análise de 2012-2013 voltou a caracterizar-se por um clima de estabilidade política. Porém, alguns Estados Membros, nomeadamente a República Democrática do Congo (RDC), a República de Madagáscar e a República do Zimbábwe, continuaram a enfrentar alguns desafios.

Dado que o desempenho económico da Região da SADC espelha a situação que se regista na economia mundial, o ritmo registado na recuperação económica da Região da SADC desde a crise económica e financeira mundial de 2008 foi paralisado pela deterioração do nível de desempenho económico mundial.

Como resultado desta deterioração, o PIB médio situou-se em 4,4% em 2012, o que representa uma queda em relação à taxa de 5,3% registada em 2011. Esta taxa de crescimento constitui mais um afastamento em relação à taxa de 7% fixada como meta para a Região. Todavia, registaram-se melhorias em relação a outros indicadores económicos. Em 2012, a taxa de inflação manteve-se inalterável em 7,8%, a mesma que em 2011. A poupança nacional bruta aumentou de 15,5% em 2011 para 18,6% do PIB em 2012, enquanto os níveis de investimento aumentaram de 25% em 2011 para 26,1% em 2012.

Os Estados Membros participantes na Zona de Comércio Livre da SADC registaram avanços dignos de registo. Com a excepção da Tanzânia e do Zimbábwe, que solicitaram derrogações na implementação de alguns dos seus compromissos tarifários, estes Estados Membros implementaram em pleno a ZCL. Outrossim, o Protocolo sobre o Comércio de Serviços foi assinado em 2012.

Num esforço visando aumentar a competitividade produtiva na Região, foram elaborados e aprovados em Novembro de 2012 uma Política-Quadro de Desenvolvimento Industrial e o Sistema Geral Harmonizado (GHS) da SADC para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos Perigosos.

Foram feitos avanços significativos na operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC. Foram alcançados consensos em diversos domínios, nomeadamente janelas do Fundo; capital inicial necessário; critérios de escolha da instituição anfitriã; estrutura accionária e institucional; e princípios orientadores da política de concessão de créditos.

Na sequência da aprovação do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) da SADC, em Agosto de 2012, foram realizadas conferências sobre investimento em infra-estruturas. Uma das conferências teve lugar em Março de 2013, em Londres, onde foram apresentados alguns projectos de infra-estruturas nos domínios de energia, transportes e águas a empresas britânicas, como parte de uma campanha mais ampla de divulgação do RIDMP. Outra conferência do género teve lugar dentro da Região, em Maputo, Moçambique, em Junho de 2013, na qual foi apresentado o Plano de Acção a Curto Prazo do RIDMP a todos os potenciais investidores.

Um dos resultados da Conferência de Londres foi a decisão de criar um mecanismo de identificação e acompanhamento de projectos composto por representantes do Grupo de Embaixadores da SADC, da comunidade de negócios britânica e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth do Reino Unido. Por seu turno, o resultado

mais importante da Conferência de Maputo foi a reafirmação feita pelo sector privado da sua prontidão de aprofundar a cooperação no domínio do investimento na Região.

A Região continua a enfrentar imensos desafios nos sectores alimentar e da agricultura. Referimo-nos a problemas tais como a escassez de alimentos, a fraca produção e a queda no rendimento da produção agrícola, a degradação dos solos e o uso insustentável de alguns dos recursos naturais da Região. Para fazer face a estes desafios, o Secretariado continuou a reforçar a sua capacidade em matéria de facilitação da implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e da Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar.

Quanto aos programas de desenvolvimento humano e social de dimensão regional, registaram-se grandes avanços e conquistas durante o período em análise. Tome-se como exemplo a elaboração e a aprovação da Política-Quadro Regional sobre o Ensino Aberto e à Distância, a conclusão do Protocolo sobre Emprego e Trabalho da SADC e a aprovação do Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho da SADC.

Os programas transversais tais como Género e Desenvolvimento e Estatística também registaram avanços consideráveis. Como parte da integração da perspectiva de género nos Estados Membros, o Secretariado coordenou a realização de um workshop regional em Novembro de 2012, onde participaram todos os Estados Membros, para a elaboração das Directrizes Regionais sobre a Elaboração de Orçamentos segundo a perspectiva de Género. Quanto à Estatística, algumas das principais realizações incluem a aprovação da Estratégia Regional da SADC para o Desenvolvimento de Estatística 2013-2018, a publicação com uma periodicidade mensal, desde Janeiro de 2013, de Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados da SADC, entre outras.

Já foi desencadeada a operacionalização do Observatório Regional da Pobreza na SADC e foi elaborada e aprovada a Matriz de Indicadores Comuns da Pobreza da SADC. Estas realizações foram possíveis não obstante os desafios enfrentados devido à falta de fundos.

O Secretariado realizou esforços visando operacionalizar a Política da SADC sobre o Desenvolvimento, Planificação, Monitorização e Avaliação de Estratégias. Foi elaborada uma Estratégia de Médio Prazo, que aguarda aprovação. Outrossim, também foram elaborados os planos quinquenais Institucional e de Actividades.

O período em análise testemunhou a realização de um exercício gigantesco na Região, mormente, a avaliação intercalar do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional. Este exercício contemplou visitas de campo dos consultores independentes a todos os Estados Membros e o projecto de relatório, que ainda será apresentado para aprovação, foi validado por representantes dos Estados Membros, de organizações da sociedade civil e do sector privado durante um workshop regional realizado a 15 e 16 de Julho de 2013, em Joanesburgo, África do Sul.

Para assegurar que o Secretariado mantenha o estatuto que conseguiu em matéria de conformidade com o programa de reforma institucional, foram assinados Acordos de Financiamento com a UE, em Novembro de 2012, relativos a dois projectos, nomeadamente Programa de Desenvolvimento da Capacidade Institucional e Fundo de Cooperação Técnica II. Por outro lado, foram assinados dois Acordos de Contribuição

Financeira para o programa de Cooperação Política Regional (RPC) e o programa de Apoio à Integração Económica Regional (REIS), respectivamente.

O apoio ao orçamento para o financiamento de projectos, programas e assistência técnica concedido pelos parceiros de desenvolvimento continuou a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento da Região. As principais organizações de quem o Secretariado recebeu assistência incluem a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Commonwealth, a Organização Mundial da Saúde e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. As instituições regionais, tais como o Fórum para a Investigação Agrária em África (FARA) e o Fundo Fiduciário da África Austral (*Southern Africa Trust - SAT*), também continuaram a prestar o seu apoio técnico e financeiro. Foi recebida assistência bilateral de países tais como a Alemanha, a França, a Noruega, a Suécia, o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

1.0 INTRODUÇÃO

O Secretariado é o principal órgão executivo da SADC. De acordo com o disposto no Tratado, são responsabilidades do Secretariado, entre outras, a planificação e a gestão estratégica dos programas da SADC; a organização e a gestão das reuniões da SADC; a representação e a promoção da SADC; a monitorização e a avaliação da implementação das políticas e programas regionais; a mobilização de recursos; e a coordenação e harmonização de programas e projectos com os parceiros de cooperação.

Este relatório apresenta uma visão resumida das diversas iniciativas e actividades realizadas pelo Secretariado na prossecução do seu mandato durante o período em análise, de Agosto de 2012 a Julho de 2013, e a sua produção foi baseada em relatórios detalhados elaborados pelos sectores. Ademais, o relatório colhe subsídios dos relatórios de auditoria do desempenho económico regional.

O relatório está organizado conforme se segue: depois desta secção de introdução, apresenta-se uma visão geral da evolução política e económica registada na Região. A terceira secção debruça-se sobre a execução de programas de cooperação e integração regional, enquanto as seis secções subsequentes focalizam os programas de apoio institucional. A última secção contempla a conclusão.

2.0 VISÃO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS REGISTADOS NA REGIÃO

2.1 ACONTECIMENTOS POLÍTICOS

Na perspectiva de fazer face aos desafios resultantes da dinâmica geopolítica internacional, o Plano Estratégico Indicativo do Órgão (SIPO) foi revisto. O SIPO II foi lançado pelo Presidente do Órgão, S.Exa. Jakaya Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia, em Arusha, em Novembro de 2012. No acto de lançamento, S.Exa. o Presidente Kikwete notou que, desde a adopção do SIPO em 2004, foram registadas seis realizações importantes, a saber: facilitação da cooperação nos domínios da defesa e da segurança entre os Estados Membros da SADC; assunção de um compromisso de auto-defesa colectiva; operacionalização da Força em Estado de Alerta da SADC; intensificação da luta contra o crime organizado e contra as actividades ilegais transfronteiriças; estabelecimento do Centro Regional de Alerta Prévio; e estabelecimento do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC.

No quadro do processo de consolidação e reforço da democracia, das instituições democráticas e da governação na Região, os Estados Membros têm vindo a realizar eleições numa base regular. Durante o período em análise, a República de Angola e a República do Zimbabwe realizaram eleições gerais, em Agosto de 2012 e Julho de 2013, respectivamente. Antes da realização das eleições, a República do Zimbabwe realizou um referendo constitucional em Março de 2013.

Durante o período em análise, a situação política prevalecente na Região manteve-se, em grande parte, estável. Todavia, a República Democrática do Congo (RDC), a República de Madagáscar e a República do Zimbabwe ainda enfrentam desafios.

República Democrática do Congo

Embora, no geral, a situação política na RDC seja estável, a deterioração das condições de segurança e humanitárias no Leste do país ainda é muito preocupante. Por conseguinte, foi realizada uma Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, em Dar-es-Salaam, República Unida da Tanzânia, a 8 de Dezembro de 2012, para apreciar a situação política e de segurança na Região. A Cimeira decidiu enviar uma Força em Estado de Alerta da SADC, como um bloco, para o Leste da RDC, sob os auspícios da Força Internacional Neutra (FIN). Em conformidade com esta decisão, o Secretariado trabalhou conjuntamente com o Comité Inter-Estatal de Política e Diplomacia da SADC e a Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos para o estabelecimento de consultas com o Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Conselho de Segurança das Nações Unidas com vista à mobilização de apoio para o destacamento e o sustento da SADC SF.

As consultas resultaram na assinatura do Quadro de Paz para a RDC e a Região dos Grandes Lagos, e na adopção da Resolução 2098, de Março de 2013, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que confere o mandato para o destacamento da Brigada de Intervenção sob os auspícios da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e o destacamento das tropas da SADC SF no Leste da RDC.

Madagáscar

Realizou-se um processo de mediação destinado a repôr a normalidade constitucional em Madagáscar, através de eleições livres, credíveis e transparentes, e registam-se avanços na implementação do Roteiro assinado pelos intervenientes políticos (dez dos onze agrupamentos e partidos políticos) a 16 de Setembro de 2011. Neste contexto, todas as instituições de transição foram criadas, apesar de o seu funcionamento continuar a enfrentar dificuldades devido à falta de fundos.

Não obstante os avanços significativos feitos, a publicação pelo Tribunal Eleitoral Especial (TES) da lista de candidatos presidenciais nas próximas eleições de 2013 a 3 de Maio de 2013 agravou a crise política em Madagáscar e minou o sucesso na implementação do Roteiro. Com efeito, o TES validou as candidaturas de individualidades ilegítimas, nomeadamente Andry Rajoelina (Presidente da Transição), Didier Ratsiraka (antigo Presidente) e Lalao Ravalomanana (esposa do antigo Presidente Ravalomanana). Este acto despoletou uma reacção imediata e vigorosa da SADC, da União Africana, da ONU e da Comunidade Internacional, que apelaram à retirada dos três candidatos. Os candidatos foram exortados veementemente a reconsiderar as suas posições de modo a abrir caminho para a realização de eleições pacíficas, credíveis, transparentes, livres e justas que permitam a reposição da normalidade constitucional no país.

Relativamente aos preparativos para a realização das eleições e à necessidade de respeitar o calendário eleitoral adoptado pela CENI-T e endossado pela ONU, todo o trabalho técnico preparatório necessário foi realizado e foi criado o quadro legal e institucional requerido.

Zimbabwe

Depois da crise política pós-eleitoral que se instalou no Zimbabwe em 2008, um processo de mediação levado a cabo sob os auspícios da SADC conduziu à assinatura pelas partes envolvidas, a 15 de Setembro de 2008, do Acordo Político Geral (APG). Registam-se progressos na implementação do APG, que se destina a criar um ambiente favorável para a realização de eleições pacíficas, credíveis, livres e justas.

Como prova dos avanços positivos feitos no Zimbabwe, realizou-se a 16 de Março de 2013 o Referendo Constitucional de que resultou um voto maioritário favorável à nova Constituição proposta. O Referendo Constitucional foi observado pela Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) e, de acordo com este órgão, o referendo foi realizado em conformidade com os Princípios e Directrizes da SADC sobre a Realização de Eleições Democráticas. O Projecto de Constituição foi promulgado em lei nacional a 22 de Maio de 2013.

O outro sinal da melhoria da situação política no Zimbabwe é demonstrado pelo levantamento de sanções pela União Europeia (UE). A UE levantou as principais sanções/medidas restritivas impostas a pessoas singulares e entidades no Zimbabwe e anunciou a sua intenção de levantar todas as formas de sanções impostas contra o Zimbabwe depois da realização de eleições pacíficas e credíveis. A 31 de Julho de 2013, a República do Zimbabwe realizou eleições harmonizadas consideradas “livres e pacíficas” pela SEOM.

2.2 ACONTECIMENTOS DE CARÁCTER ECONÓMICO

O ritmo de recuperação depois da crise financeira e económica mundial de 2008-2009 tem sido afectado adversamente pela deterioração do desempenho económico mundial, cuja taxa de crescimento desacelerou, tendo passado de 3,9% registada em 2011 para 3,2% em 2012.

Dado que o desempenho económico da Região da SADC reflecte o da economia mundial, particularmente através das economias da zona Euro, dos países em desenvolvimento do continente asiático, dos EUA e, em geral, dos mercados de bens primários, o desempenho económico da Região da SADC permaneceu insatisfatório, porquanto a taxa média de crescimento decresceu de 5,3% em 2011 para 4,4% em 2012.

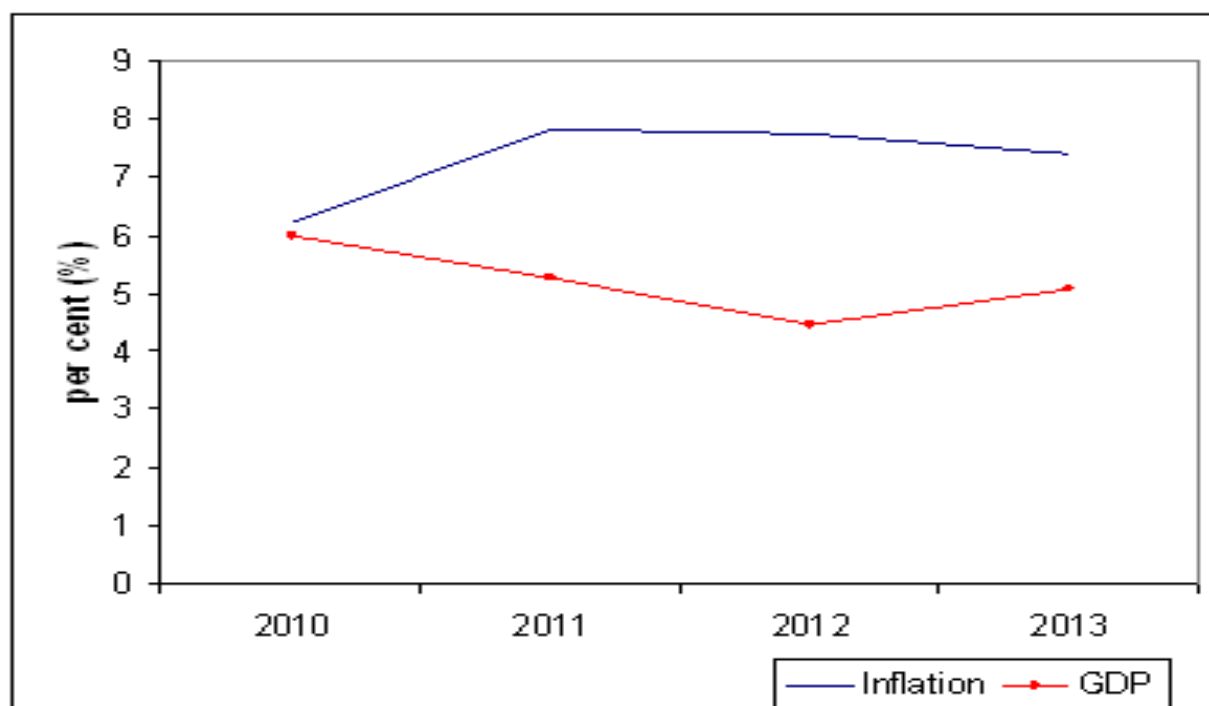
Para além disso, os riscos subsistem e incluem crescentes pressões inflacionárias em virtude da alta dos preços de bens primários, particularmente para os países importadores de produtos alimentares e petróleo, e da depreciação das taxas de câmbio face aos constrangimentos verificados nas reservas cambiais. Os Estados Membros deparam-se com pouco espaço de manobra em termos de políticas dado que a política fiscal está constrangida devido às baixas receitas e ao declínio dos fluxos de ajuda. Por

outro lado, o espaço para a adoção de políticas monetárias expansionistas para sustentar o crescimento é limitado, face às crescentes pressões inflacionárias.

2.2.1. PIB REAL

Em média, a Região registou uma taxa de crescimento de 4,4% em 2012, o que corresponde a uma baixa em relação à taxa de 5,3% registada em 2011, para além de se situar ainda bastante longe da meta regional de 7%. Quatro Estados Membros, nomeadamente Angola, RDC, Moçambique e Zâmbia, registaram uma taxa de 7% em 2012. Embora os restantes Estados Membros não tenham atingido a meta fixada, conseguiram registar taxas de crescimento positivas.

Figura 1 SADC - PIB e Taxa de Inflação (%)



Fonte: Estados Membros e WEO do FMI, Outubro de 2012

2.2.2 INFLAÇÃO

A taxa de inflação média registada na Região manteve-se inalterável em relação à registada em 2011, fixando-se em 7,8%. Porém, a evolução dos preços mundiais dos bens primários tais como produtos alimentares e combustíveis contribuiu para as pressões inflacionárias em alguns Estados Membros.

O aumento das taxas de inflação foi mais acentuado no Malawi, com 18,4% em 2012 comparativamente a 7,6% registada em 2011 pois os preços foram ajustados na sequência da desvalorização e flutuação do Kwacha. Três Estados Membros,

nomeadamente Angola, Malawi e Tanzânia, registaram taxas de inflação de dois dígitos em 2012, enquanto somente três Estados Membros, a saber, Maurícias, Moçambique e Zimbabwe, registaram taxas inferiores a 5%, que era a meta regional para 2012.

2.2.3 POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL

A Região registou uma poupança nacional bruta de 18,6% do PIB em 2012 comparativamente a 15,5% registada em 2011, o que decorre no contexto do aumento da taxa de poupança nacional bruta registada em nove Estados Membros, nomeadamente RDC, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia e Zimbabwe. As taxas de poupança registadas por estes Estados Membros situaram-se acima de 20%, dos quais, Lesoto atingiu uma taxa de 32% do PIB.

Quanto ao investimento, a Região registou uma taxa média total de 26,1% do PIB em 2012, o que representa um aumento em relação à taxa de 25% do PIB registada em 2011. Todavia, este nível de desempenho situa-se ainda abaixo da meta de 30% do PIB fixada. Somente três Estados Membros, a saber, Lesoto, Namíbia e Seychelles, atingiram a meta regional de 30%.

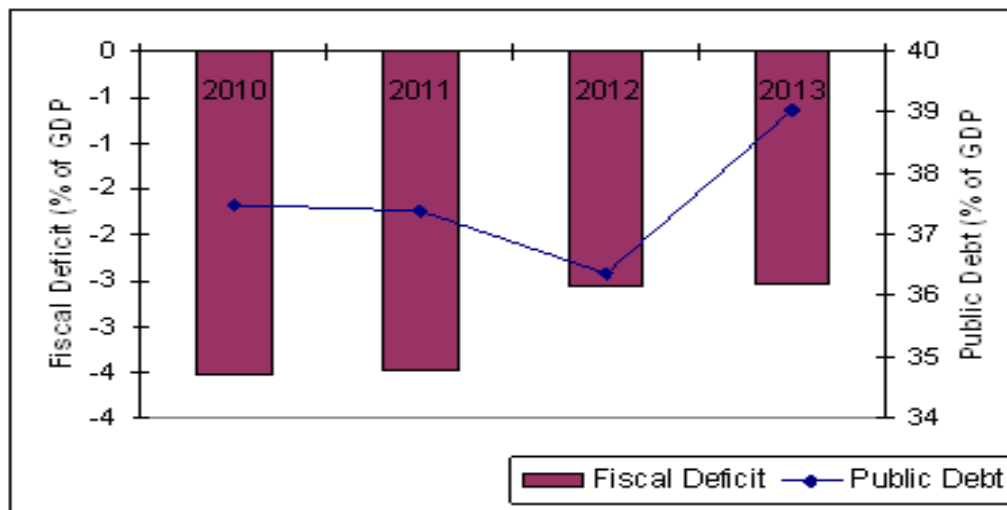
2.2.4 SECTOR FISCAL

Embora a Região tenha registado um desempenho satisfatório no sector fiscal, o lento crescimento económico que se regista ao nível mundial continuou a ter um impacto negativo sobre a receita da maior parte dos Estados Membros.

A Região registou um volume total de receitas de 32,4% do PIB em 2012 comparativamente a 29,8% do PIB em 2011. A maior parte dos Estados Membros introduziu reformas significativas nos respectivos sistemas de cobrança de receitas e isso pode estar por detrás do aumento das receitas.

Contudo, o aumento da receita do Estado foi ofuscado pelo aumento da despesa, que se situa em 34,4% do PIB em 2012 comparativamente a 33,2% do PIB em 2011. Esta situação resultou num défice fiscal regional na ordem de 2,6% do PIB em 2012 comparativamente a 3,4% do PIB em 2011. Somente Angola, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zimbabwe registaram défices situados dentro do intervalo da meta regional de menos de 3% do PIB em 2012.

Figura 2 SADC – Déficit Fiscal e Dívida Pública (% do PIB)



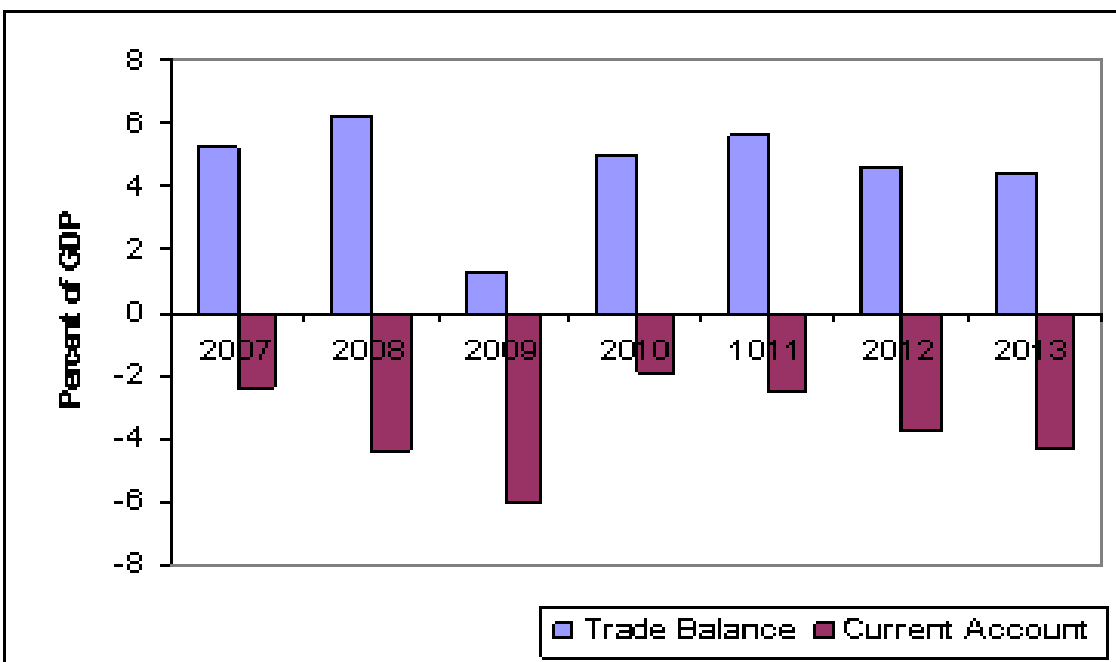
Fonte: Estados Membros e WEO do FMI, Outubro de 2012

Consequentemente, a dívida estatal média geral reduziu ligeiramente, de 37,2% do PIB em 2011 para 36,2% em 2012. Apenas dois Estados Membros, nomeadamente Seychelles e Zimbabwe, registaram uma dívida estatal geral superior à meta regional de 60% do PIB em 2012.

2.2.5 SECTOR EXTERNO

O desempenho do sector externo na Região foi insatisfatório, o que reflecte a evolução desfavorável da economia mundial, particularmente nos mercados de exportação tradicionais da Europa e EUA. Tanto os volumes de exportação como de importação registaram uma queda, de uma taxa de crescimento de 6,6% e 7,2% em 2011 para 4,9% e 3,7% em 2012, respectivamente. Os termos das trocas comerciais deterioraram em 2,7% em 2012 comparativamente a uma melhoria de 4,9% registada em 2011.

Figura 3 Balança Comercial e Saldo da Conta Corrente (% do PIB)



Fonte: Estados Membros e WEO do FMI, Outubro de 2012

A balança comercial de mercadorias reduziu de um excedente de 5,6% do PIB em 2011 para 4,6% do PIB em 2012. A conta corrente externa da Região deteriorou de um défice de 2,5% do PIB, em 2011, para um défice de 3,8% registado em 2012.

Embora a maior parte dos países tenha registado um aumento contínuo das suas reservas externas, a situação manteve-se precária na RDC, Malawi, Seychelles, Suazilândia e Zimbabwe, onde as reservas externas registadas em 2012 não só se situaram abaixo da meta da SADC como também abaixo do limiar de adequação das reservas fixada internacionalmente de 3 meses de cobertura de importações. Ao nível regional, em 2012, a cobertura das importações situou-se, em média, em 4,8 meses, o que se situa abaixo da meta regional de 6 meses de cobertura das importações.

2.2.6 PERSPECTIVAS A MÉDIO PRAZO

A economia da SADC é influenciada em grande medida pelo desempenho da economia mundial. Consequentemente, o lento crescimento previsto na produção mundial, a reduzida procura mundial e o baixo volume das trocas comerciais deverão ofuscar o crescimento na Região. De igual modo, as reservas externas internacionais deverão registar mais uma queda para cerca de 4,3 meses de cobertura das importações em 2013, resultando, em grande medida, da deterioração da balança comercial dado que as exportações deverão manter-se reduzidas enquanto as importações continuarão a aumentar.

Outrossim, a Região da SADC também deverá continuar a sofrer pressões inflacionárias persistentes em 2013 devido, em grande medida, à depreciação das moedas nacionais e ao aumento dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis, resultante, por seu turno, da queda na produção alimentar devido a factores atmosféricos.

2.2.7 QUESTÕES E RECOMENDAÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICAS

2.2.7.1 Sectores Não Diversificados

A maior parte das economias da SADC ainda se mantém relativamente pouco diversificada e dependente das exportações de matérias-primas, daí continuar a estar consideravelmente susceptível a choques externos. Esta situação exige que os Estados Membros tomem, individualmente, medidas em matéria de políticas visando diversificar as suas economias de modo a atenuar os efeitos dos choques externos e da instabilidade decorrente dos mercados mundiais.

2.2.7.2 Gestão do Risco Económico

É um dado adquirido que as economias podem ser afectadas por acontecimentos desestabilizadores externos e a SADC é afectada em grande medida por esses factores, sobre os quais não tem nenhum controlo. Por isso, os Estados Membros precisam de considerar a situação mais abrangente quando estiverem a gerir os riscos para as suas economias, isto é, precisam de fazer uma maior diversificação económica, o que não só vai reduzir o impacto dos acontecimentos externos como também vai incentivar um crescimento mais sólido e mais resistente a longo prazo.

2.2.7.3 Gestão da Receita e da Despesa

Em face da redução dos recursos provenientes da receita, a maior parte dos Estados Membros tem recorrido a cortes e à racionalização do orçamento da despesa (congelamento de postos e terceirização de serviços). Porém, os Estados membros devem considerar cuidadosamente os efeitos a médio e longo prazo destas práticas, particularmente o seu potencial impacto sobre o desemprego. Todavia, a racionalização da despesa deve incluir a redução da despesa no consumo ao mesmo tempo que se aumenta a despesa de capital destinada ao desenvolvimento de infra-estruturas para a criação de um ambiente favorável para o investimento e para o desenvolvimento das actividades empresariais. Ademais, a política fiscal deve focalizar os resultados a longo prazo, isto é, no investimento destinado ao aumento da produção (investimento e empreendimento privado), o que vai permitir acomodar as questões do emprego/desemprego e aumentar os recursos públicos, mediante a cobrança de impostos.

2.2.7.4 Revitalização da Agricultura

Encoraja-se os Estados Membros a aproveitarem as perspectivas existentes no sector da agricultura para investirem mais para poderem colher os benefícios que advirão com o tempo. A procura mundial de alimentos continuará a aumentar, pelo menos, por mais 40 anos, conforme indicam alguns estudos. Assim, é imperioso aumentar o investimento tanto público e como privado neste sector.

2.2.7.5 Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento

À medida que o mundo se torna cada vez mais competitivo, é urgente que a Região da SADC comece a produzir bens de boa qualidade que possam competir nos mercados internacionais. Por isso, os Estados Membros devem investir mais na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e encorajar a Pesquisa e o Desenvolvimento através de concessões fiscais. As empresas que realizam a P&D com a finalidade de encorajar a produção e a adopção de produtos, processos e serviços inovadores e promover o avanço tecnológico devem poder reclamar a dedução de impostos sobre a despesa efectuada nessas actividades de P&D. Outrossim, os Estados Membros também devem investir nas instituições de investigação, incluindo realizar a transformação do sector da educação para acomodar currículos de tecnologia e inovação.

2.2.7.6 Reforma do Empresariado

Apesar do ambiente difícil que se vive a nível global, os Estados Membros continuam a realizar reformas visando melhorar o seu ambiente de investimento e de negócios. Porém, o ritmo das reformas ficou interrompido, levando a maioria dos Estados Membros a descer na classificação 'Facilidade de Fazer Negócios' (*Ease of Doing Business*) e no Índice de Competitividade Mundial (*Global Competitiveness Index*).

Por essa razão, a região precisa de continuar a introduzir reformas mesmo em momentos difíceis. Os instrumentos e os quadros acordados aos níveis regional e internacional e que visam melhorar o ambiente de negócios e integrar a região devem ser implementados. Referimo-nos a melhorias nas áreas de facilitação do comércio; eliminação de barreiras não tarifárias; política de concorrência; desenvolvimento industrial; normalização, garantia de qualidade, acreditação e metrologia; eliminação das barreiras ao investimento; e garantia de fluxos de capital para a região.

3.0 IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Lado a lado com outros organismos do mundo em desenvolvimento, a SADC tomou consciência de que as actividades de colaboração são cruciais para o alcance dos seus objectivos de desenvolvimento. Por isso, o Secretariado coordena a execução de programas na região que se destinam a propiciar a cooperação e a integração regionais. O quadro mais alargado de implementação destes programas está preconizado no RISDP.

As áreas de concentração no contexto dos programas foram: liberalização do comércio e económica; desenvolvimento de infra-estruturas; segurança alimentar, meio ambiente e gestão conjunta de recursos naturais transfronteiriços; e áreas de desenvolvimento humano e social com dimensões regionais.

As áreas prioritárias transversais incluídas foram género e desenvolvimento e estatística.

3.1 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E ECONÓMICA

A liberalização do comércio e financeira e o desenvolvimento de uma indústria competitiva e diversificada mantêm-se cruciais e constituem prioridades estratégicas da agenda de integração da SADC.

Durante o período em análise, o centro das atenções incluiu, entre outras áreas, a consolidação da ZCL da SADC, o aumento da competitividade produtiva e a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.

3.1.1 CONSOLIDAÇÃO DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE

A prioridade central foi para a implementação da Matriz do Plano de Acção para a consolidação da ZCL. As duas áreas de concentração são facilitação do comércio e comércio de serviços. Foram registados avanços significativos na implementação dos compromissos em matéria de redução gradual de tarifas pelos Estados Membros participantes na ZCL. Até ao presente, os principais desafios no domínio da liberalização de tarifas prendem-se somente com a Tanzânia e o Zimbábwe, que solicitaram derrogações para a implementação dos compromissos relativos a algumas das suas tarifas.

Todavia, embora a SADC tenha alcançado um progresso significativo na área de eliminação de tarifas, os benefícios resultantes desta eliminação de tarifas poderiam ser melhor optimizados introduzindo melhorias na facilitação do comércio. De modo específico, urge que se dê prioridade à redução dos custos decorrentes do comércio fronteiriço mediante a coordenação eficaz, a racionalização e a simplificação dos procedimentos e da documentação relacionada com o comércio; ao reforço da eficiência nas operações fronteiriças, incluindo a introdução de horários de funcionamento favoráveis ao empresariado; e à melhoria da cooperação em matéria de gestão fronteiriça entre os Estados Membros. Muitas destas questões são identificadas como sendo barreiras não-tarifárias que podem ser ultrapassadas através de reformas

administrativas adequadas. Por esta razão, a agenda do comércio de mercadorias da SADC deve ter como ponto de foco a implementação de um programa prático e focalizado destinado a eliminar os constrangimentos que minam a facilitação do comércio.

No domínio dos serviços, o Protocolo sobre o Comércio de Serviços foi assinado durante a Cimeira de Agosto de 2012, estando em marcha as negociações sobre a liberalização. Este Protocolo é importante para a consolidação da ZCL, devido às suas fortes ligações com o sector industrial, mormente considerando o facto de que os serviços, tais como transportes, telecomunicações e energia, constituem contributos importantes para a manufactura. Um sector de serviços eficiente é capaz de reforçar a competitividade e a produtividade do sector de transformação da SADC.

3.1.2 AUMENTO DA COMPETITIVIDADE PRODUTIVA

Foi adoptada uma Política-Quadro de Desenvolvimento Industrial da SADC, depois de ser aprovada pelo Comité dos Ministros do Comércio (CMC) em Novembro de 2012. O objectivo da Política-Quadro consiste em promover o desenvolvimento de uma base industrial integrada dentro da SADC, através da exploração de sinergias regionais na área de produção de valor acrescentado e do reforço da competitividade das exportações. Ademais, foi elaborado um Programa-piloto de Desenvolvimento e Modernização Industrial que cobre três sectores prioritários, nomeadamente processamento agro-alimentar, tratamento de minerais e produção de fármacos.

A implementação bem-sucedida do programa de trabalho do sector industrial da SADC requererá que sejam mobilizados recursos adequados. Neste sentido, o Conselho decidiu que o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC deve priorizar as rubricas de financiamento de infra-estruturas e do desenvolvimento industrial.

No domínio da Normalização, Garantia de Qualidade e Acreditação e Metrologia (SQAM), foi concluído e aprovado pelo Comité dos Ministros do Comércio o Sistema Global Harmonizado (GHS) da SADC para a Política de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos Perigosos. Pretende-se que esta política facilite o comércio de produtos químicos perigosos entre os Estados Membros, uma área que, actualmente, enfrenta dificuldades devido à diversidade de regulamentos técnicos.

3.1.3 FINANÇAS E INVESTIMENTO

O Fundo de Desenvolvimento regional da SADC (FDR) desempenhará um papel importante na exploração das potencialidades de desenvolvimento existentes na Região. O processo de operacionalização do FDR da SADC registou avanços durante o período em análise. A este respeito, foram alcançados consensos em diversos domínios, nomeadamente janelas do Fundo; capital inicial necessário; critérios de escolha da instituição anfitriã; estrutura accionária e institucional; e princípios orientadores da política de concessão de créditos. Ainda não foi determinada a contribuição dos Estados Membros para o Fundo e decorre o processo de elaboração do Acordo para a operacionalização do Fundo.

3.1.4 CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA

A promoção da estabilidade macroeconómica em toda a região permanece uma área importante para o avanço do processo de integração económica regional da SADC. Por esta razão, a implementação de um Programa de Convergência Macroeconómica destinado a facilitar a convergência de políticas económicas orientadas para a estabilidade continua a ser prioritária para a SADC. As políticas económicas viradas para a estabilidade compreendem a redução da inflação para níveis baixos e estáveis e a manutenção de uma política fiscal prudente, com base na prevenção de défices fiscais elevados, da monetização de défices e dos elevados ou crescentes rácios entre a dívida pública e a dívida pública garantida e o PIB.

Uma avaliação do Programa de Convergência Macroeconómica relativamente às metas fixadas para 2012 demonstrou que, com a excepção das Seychelles e do Zimbabwe, todos os Estados Membros registaram um bom desempenho no que respeita à dívida pública, mantendo-a abaixo de 60% do PIB. Além disso, o desempenho respeitante ao indicador do défice orçamental foi relativamente bom, tendo metade dos 14 Estados Membros concretizado a meta. Porém, está a ser difícil conter a inflação, tendo apenas três dos 14 Estados Membros, nomeadamente Maurícias, Moçambique e Zimbabwe, concretizado a meta regional de 5% em 2012. O desempenho relativo ao PIB real situou-se, em geral, abaixo da meta de 7%, com apenas 4 Estados Membros, isto é, Angola, RDC, Moçambique e Zâmbia, a registar uma taxa de crescimento superior a 7% em 2012.

Por isso, torna-se importante que os Estados Membros continuem a envidar esforços com vista a atingir o equilíbrio macroeconómico sustentável, em particular, em relação às finanças públicas e à balança de pagamentos, e prossigam os esforços tendentes a reduzir a inflação, especialmente onde ela se mantém acima dos níveis globais. Isto porque a medida em que a SADC vai avançar em direcção ao alcance de outros marcos de integração mais profunda, tais como a União Monetária, dependerá, em larga escala, do progresso alcançado na área de convergência macroeconómica dos Estados Membros.

3.1.5 NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA DA SADC-UE

As negociações do Acordo de Parceria Económica (APE) da SADC-UE continuam a avançar lentamente, uma situação não peculiar a este grupo, mas que é também comum noutros agrupamentos que estão a negociar um APE no continente. As três estruturas políticas da UE já aprovaram a retirada, até 1 de Outubro de 2014, do acesso preferencial ao mercado previsto nos termos do Regulamento 1528 de Acesso ao Mercado, de 2007.

A retirada do acesso preferencial ao mercado privará os Estados Parte do APE da SADC de um regime comercial preferencial alternativo beneficiando do tratamento de nação mais favorecida conferido a todos os membros da OMC. Esta situação é particularmente preocupante para os países que serão também suprimidos dos Sistemas de Preferências Generalizadas (GSP/SPG), designadamente Botswana e Namíbia, no caso do Grupo de países que fazem parte do APE da SADC. A Suazilândia continuará a beneficiar ao abrigo do GSP, mas algumas das suas principais exportações para a UE vão perder o

acesso ao mercado com isenção de direitos e de quotas ('Duty Free Quota Free - DFQF') de que o país vem beneficiando ao abrigo do Regulamento. Os Estados Parte do APE da SADC continuam a negociar com vista a resolver as questões textuais pendentes para garantir que se previna a paralisação das trocas comerciais.

3.2 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

Os benefícios directos resultantes do desenvolvimento de infra-estruturas para a integração regional são reconhecidos há longos anos. A infra-estrutura faz uma contribuição essencial para o crescimento económico e a redução da pobreza.

3.2.1 PLANO DIRECTOR REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DA SADC

Os Chefes de Estado e de Governo adoptaram um Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas (RIDMP) na 32ª Cimeira Ordinária da SADC realizada em Agosto de 2012. Ao aprovar o Plano Director, a Cimeira instruiu o Conselho para, com o apoio dos Ministros responsáveis pelas Infra-estruturas, iniciar a implementação do Plano Director, incluindo o Programa de Infra-estruturas dos Estados Insulares, e também decidiu agendar Conferências de Investimento em Infra-Estruturas da SADC especializadas, incluindo a Cimeira de Investimento em Infra-estruturas da SADC, e considerar e adoptar a Declaração da SADC sobre Infra-estruturas.

3.2.1.1 Evento sobre Investimento no RIDMP e Oportunidades de Negócios na SADC: Londres, Março de 2013

O Secretariado da SADC solicitou apoio ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Commonwealth (*Foreign and Commonwealth Office - FCO*) do Reino Unido para organizar um evento sobre investimento com a finalidade de apresentar a empresas britânicas uma lista específica de projectos de infra-estruturas da SADC, particularmente nos sectores de energia, transportes e água, como parte de uma estratégia mais alargada de *marketing* do Plano.

Este evento sobre investimento e oportunidades de negócios teve lugar a 13 de Março de 2013, em Londres, e nele participaram investidores, homens de negócio e altos funcionários governamentais com interesses na África Austral, bem como representantes dos Estados Membros da SADC.

O evento tinha como objectivos centrais consciencializar a comunidade de negócios britânica sobre os projectos de infra-estruturas em carteira na África Austral, conforme preconiza o Plano Director de Infra-estruturas da SADC; informar os potenciais investidores britânicos sobre os projectos que constam no topo da lista de prioridades; e facilitar a realização de encontros directos com os promotores nacionais para discutir projectos específicos.

Como rumo a seguir, foi acordado o seguinte:

- (i) que fosse estabelecido um mecanismo de identificação e acompanhamento de projectos composto por representantes do Grupo de Embaixadores da SADC, da comunidade de negócios britânica e do FCO;
- (ii) o mecanismo deve ser integrado nas estruturas e/ou ciclo de planeamento anual do Secretariado da SADC;
- (iii) a SADC deve fazer uso do Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) da SADC e de outros mecanismos para a preparação dos projectos que precisem de maior atenção para serem considerados viáveis e passíveis de beneficiar de financiamento bancário.

3.2.1.2 Conferência da SADC sobre Investimento em Infra-estruturas Regionais: Maputo, Moçambique, Junho de 2013

A Conferência da SADC sobre Investimento em Infra-estruturas Regionais teve lugar em Junho de 2013, em Maputo, Moçambique, e foi precedida por uma sessão de informação aos Ministros responsáveis pelo pelouro de infra-estruturas. A Conferência foi estruturada em duas partes, nomeadamente Mesa Redonda de Alto Nível Ministerial e sessões separadas específicas com Investidores, e foi realizada sob o Lema: "Aceleração do Investimento em Infra-estruturas da SADC através do Financiamento Sustentável e Inovador", e os seus objectivos eram:

- (i) apresentar o RIDMP da SADC, em particular, o Plano de Acção a Curto Prazo, a todos os potenciais investidores, financiadores de projectos de infra-estruturas e principais Parceiros de Cooperação Internacional;
- (ii) fazer a consciencialização e informar a comunidade de investimentos sobre a dimensão e a gama de potenciais projectos de infra-estruturas prioritários existentes em toda a região;
- (iii) facilitar a realização de consultas directas entre os potenciais investidores e os promotores nacionais de projectos.

O ponto mais alto da Conferência foi a Mesa Redonda de Alto Nível, que focalizou o empenho dos Estados Membros em relação aos projectos acordados, o estágio de criação do ambiente favorável na região e a prontidão da região em matéria de envolvimento do sector privado na realização de investimentos. Realizou-se uma sessão envolvendo representantes do sector privado, os quais compartilharam a sua experiência com os Chefes de Estado, tendo o sector privado reafirmado a sua prontidão para aprofundar a cooperação em matéria de investimento em infra-estruturas na região.

A última sessão foi preenchida pela apresentação pelos principais financiadores e Instituições de Financiamento ao Desenvolvimento (IFD) das suas declarações de compromisso em trabalhar com a região no apoio ao desenvolvimento e no investimento em infra-estruturas dentro da região. A Conferência foi um marco importante em termos de fazer uma mostra dos projectos inscritos no Plano de Acção a Curto Prazo, de apresentação e discussão de memorandos de informação sobre os projectos, de resumos dos projectos de investimento, de projectos viáveis susceptíveis de

financiamento bancário no Corredor Norte-Sul (estrada e caminho-de-ferro) e da base de dados sobre projectos da SADC.

3.2.1.3 Declaração da SADC sobre Infra-estruturas

De acordo com a decisão da Cimeira, prossegue o processo de elaboração da "Declaração da SADC sobre Infra-estruturas". Os objectivos específicos da Declaração são definir metas, valores, princípios, objectivos e resultados políticos, sociais, económicos e técnicos comuns e essenciais que sustentam e definem o RIDMP.

3.2.2 ENERGIA

O objectivo geral do Programa de Energia da SADC é facilitar a provisão aos Estados Membros da SADC de serviços de energia suficientes, fiáveis e ao menor custo. O Plano do Sector de Energia, uma componente do RIDMP, debruça-se sobre quatro áreas-chave de segurança energética, nomeadamente aumento do acesso a serviços modernos de energia, aproveitamento dos recursos energéticos abundantes, incremento do investimento financeiro e reforço da sustentabilidade ambiental.

3.2.2.1 Situação da Oferta e Procura de Electricidade

A Região continua a registar um défice na oferta de energia, particularmente no sector de electricidade, onde a situação mais recente em matéria de oferta e procura mostra que a região tem uma capacidade disponível de 51.702 MW contra uma procura de 53.833 MW. Esta cifra inclui o pico de procura, a procura contida e as reservas. A diferença entre a oferta e a procura traduz-se num défice de 7.709 MW. Durante o período em análise, a procura de electricidade aumentou numa média ponderada de 2,5% ao ano.

3.2.2.2 Regulação de Electricidade

Devido a dificuldades prevalecentes, a migração dos Estados Membros da SADC para um regime de tarifas que reflectem os custos avança a um ritmo lento. Contudo, foram feitos avanços no domínio do estabelecimento de estruturas de regulação de electricidade, conquanto 11 dos 14 países da Região já introduziram mecanismos de supervisão reguladora de electricidade sob a forma de órgãos reguladores de energia ou de electricidade. Os restantes Estados Membros, nomeadamente Botswana, RDC e Maurícias, encontram-se em diferentes estágios deste processo.

3.2.2.3 Acesso a Energia e Energias Renováveis

A região está a participar nos processos globais da Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL) da ONU, cujo objectivo principal é atingir o Acesso Universal à Energia até 2030 mediante a garantia do acesso universal a serviços modernos de energia, a duplicação da taxa de melhoria da eficiência energética e a duplicação da quota das

energias renováveis na combinação energética global. Diversos países estão a realizar análises de lacunas e a elaborar planos de acção usando o programa de Resposta Africana à Iniciativa SE4All liderado pela NEPAD e pela Comissão da União Africana.

Apoiados pelo Secretariado, os Estados Membros estão a mobilizar recursos para a conclusão da Estratégia e Plano de Acção para as Energias Renováveis da SADC. Na região, os Governos da Áustria, da Grã-Bretanha e da Finlândia alargaram a cobertura do Programa de Parceria sobre Energia e Meio Ambiente, cujo objectivo é conceder subvenções destinadas a aumentar a adopção de tecnologias de energias renováveis na Região. Encontra-se numa fase adiantada de realização o estudo de viabilidade da criação do Centro de Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC.

3.2.3 TRANSPORTES

A falta de disponibilidade e de acesso a redes de transporte rentáveis e eficientes continua a causar impedimentos ao comércio intra-SADC. Continuam em curso iniciativas regionais destinadas a eliminar este problema, particularmente através do desenvolvimento dos corredores.

3.2.3.1 Corredores

Corredor de Desenvolvimento do Lobito

A primeira reunião Ministerial entre Angola, RDC e Zâmbia realizou-se em Fevereiro de 2013. Nesta reunião, os Ministros aprovaram um programa e um quadro para a elaboração de um instrumento legal que regerá a governação conjunta e o estabelecimento das instituições de gestão do corredor. De igual modo, os Ministros criaram equipas de trabalho para elaborarem planos integrados de construção e manutenção de estradas e caminhos-de-ferro.

Angola avançou significativamente na reabilitação e modernização do Porto de Lobito, incluindo a construção de uma terminal de minerais especializada. A linha férrea entre Lobito e Luau, na fronteira com a RDC, foi completamente reabilitada e já entrou em funcionamento. Do lado do território da RDC (troço de Dilolo a Kolwezi), a linha férrea ainda carece de reabilitação antes de entrar em funcionamento para o tráfego internacional transfronteiriço.

Corredor Norte-Sul (NSC)

Decorrem os estudos de viabilidade, desenho das plantas e as obras de manutenção e de construção em diversos troços da rede viária do NSC no Botswana, Malawi, Zâmbia e Zimbabwe. O Projecto da Ponte de Kazungula (Botswana/Zâmbia) já entrou na fase de construção, tendo o Botswana e a Zâmbia criado um órgão conjunto de supervisão sediado próximo do local de construção da ponte, em Kasane. Foram celebrados acordos de financiamento com o Banco Africano de Desenvolvimento e a JICA, estando em curso os processos de contratação das obras.

O âmbito do projecto contempla a construção de uma ponte rodoviária/ferroviária de tirantes, feita de estrados, com um comprimento de 923 km; a construção de dois postos fronteiriços acompanhada pela reorganização dos procedimentos fronteiriços para a modalidade POFPU (OSBP); e a construção de vias de acesso. O custo avaliado do projecto ronda em US\$259,3 milhões e o período de construção deve durar 4 anos, a partir de 2014. Kasumbalesa (RDC/Zâmbia) e Nakonde/Tunduma (Zâmbia/Tanzânia) também estão a sofrer obras de requalificação para a modalidade OSBP.

3.2.4 METEOROLOGIA

No domínio da meteorologia, até Novembro de 2012, prazo fixado pela Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO) e pela Organização Internacional de Meteorologia (OMM), 5 dos 14 Estados Membros da SADC haviam atingido o nível de Serviços de Gestão de Qualidade consentâneo com o exigido para uma melhor segurança da navegação aérea.

3.2.5 COMUNICAÇÕES E TIC

Depois da adopção do RIDMP, o sector de TIC prossegue a implementação da visão 'SADC Digital 2027', que é o Capítulo sobre TIC do RIDMP. A visão SADC Digital 2027 está alicerçada na Harmonização de Políticas e Reguladora e em Redes e Serviços Fiáveis e Seguros e tem como suporte os seguintes 4 pilares: Infra-estruturas, Capacitação e Conteúdos, Serviços Electrónicos (e-Serviços) e Aplicativos Electrónicos (e-Aplicativos), Investigação, e Inovação e Desenvolvimento da Indústria.

Os outros desenvolvimentos ocorridos no sector de Comunicações e TIC durante o período em análise são:

3.2.5.1 Infra-estrutura Regional de Informação da SADC

O Projecto de Infra-estrutura Regional de Informação da SADC encontra-se actualmente numa fase bastante avançada de execução, com a instalação de redes IP contendo Nós Inteligentes, incluindo duas ligações por cabo submarino independentes por cada Estado Membro. Até Agosto de 2012, todos os Estados Membros da SADC estavam ligados às redes de cabos submarinos. O quadro da Comissão da União Africana (CUA) permitiu que todos os Estados da África Austral estabelecessem os respectivos NIXP, e a Namíbia e Suazilândia realizaram os respectivos workshops sobre os Nós Nacionais de Comutação de Internet (NIXP) em Outubro de 2012 e Fevereiro de 2013, respectivamente.

3.2.5.2 Roaming Interno e Além-fronteiras

Foram igualmente feitos avanços significativos no quadro do projecto *Roaming Interno e Além-Fronteiras* da SADC destinado a promover a acessibilidade dos serviços de roaming móvel aos cidadãos da SADC. A este respeito, um dos marcos importantes alcançado consiste na Directiva Ministerial dos Ministros responsáveis pelas TIC de

Novembro de 2012 que estipula a aplicação efectiva de medidas de transparência (sobre saldos, informação sobre o limite de chamadas, tarifas de comunicação de voz, SMS e dados) e a adopção do princípio de Fazer *Roaming* como se Fosse Chamada Local (RLAL) até Junho de 2015. Esta Directiva passou a ter o suporte das Directrizes da SADC sobre a Transparência na Implementação do RLAL, que entraram em vigor a 1 de Junho de 2013.

3.2.5.3 Estratégias Electrónica (e-Estratégia) da SADC

Também foi feito um grande progresso na implementação do Quadro de e-Estratégia da SADC adoptada pelos Ministros de TIC da SADC em 2010. Em Novembro de 2012, em Balaclava, Maurícias, os Ministros de TIC aprovaram duas actividades chaves, nomeadamente o Estudo sobre a Prontidão, a Estratégia e o Plano de Acção da Estratégia Electrónica e o Quadro Jurídico-Legal Harmonizado sobre a Segurança Cibernética da SADC. Beneficiando da assistência da União Internacional das Telecomunicações, vários Estados Membros estão a proceder ao enquadramento no ordenamento jurídico-legal interno do Modelo de Leis sobre Segurança Cibernética da SADC.

3.2.5.4 Migração para a Televisão Digital Terrestre (TDT)

Durante o III Fórum sobre a Migração para a Transmissão Digital Terrestre da SADC realizado em Agosto de 2012, em Luanda, Angola, procedeu-se à revisão do Roteiro da SADC para a Migração para a Radiodifusão Digital e foi elaborado um plano de acção. Em Agosto de 2012, também foi criado um Comité Directivo da SADC para a Implementação. Cada Estado Membro da SADC designou dois membros para o Comité Directivo para a Implementação.

A elaboração das especificações mínimas dos descodificadores (*Set Top Box - STB*) de sinal aberto foi concluída em Outubro de 2012 e as especificações foram aprovadas pelos Ministros de TIC em Novembro de 2012. Foi lançada a Unidade de Gestão do Projecto (UGP) de Televisão Digital Terrestre (TDT) durante o VI Fórum sobre a Migração para a Transmissão Digital da SADC realizado em Abril de 2013, em Swakopmund, Namíbia.

O Gestor e os Peritos da UGP da TDT foram destacados por Angola, Botswana e África do Sul. O destacamento destes quadros foi sancionado pelos Ministros de TIC em Maio de 2013. A Unidade de Gestão do Projecto de TDT da SADC já está em funcionamento e constitui uma unidade especial sob os auspícios do Secretariado da SADC com o objectivo primário de ser um balcão único para aconselhamento, coordenação, monitorização, avaliação e produção de relatórios sobre a implementação do Roteiro da SADC para a Migração para a Radiodifusão Digital. Com base nos relatórios de balanço da implementação do Roteiro da SADC, nota-se que todos os Estados Membros planeiam cumprir o prazo da UIT de 17 de Junho de 2015 para a Desactivação do Sinal Analógico (ASO).

3.2.5.5 Serviços Postais

A meta de tornar os Serviços Electrónicos (e-Serviços) mais acessíveis também foi materializada mediante a introdução de inovações na prestação dos serviços postais. Os operadores dos serviços postais desencadearam várias iniciativas visando melhorar a qualidade dos seus serviços e reduzir os preços tais como a introdução do Serviço Especial Regional de Encomendas, o Sistema Global de Rastreamento (GMS), a Rede Regional de Transporte Rodoviário (RTN), e a diversificação da sua carteira de serviços através do Projecto Regional de Transferência Electrónica de Valores, que visa aliviar o sofrimento das populações sem acesso a serviços bancários, especialmente nas zonas rurais. Todas as iniciativas estão a ser coroadas de êxito.

3.2.5.6 Regulação dos Serviços Postais

A SADC, através da Associação dos Reguladores das Comunicações da África Austral (CRASA), levou a cabo a primeira fase (Fase I) da avaliação da legislação e regulamentação dos serviços postais mediante a análise das reformas dos serviços postais em curso visando estimular a concorrência e introduzir tecnologias destinadas a reforçar a prestação dos serviços postais de modo a permitir que a SADC desenvolva um quadro harmonizado para colocar o sector postal regional numa posição estratégica e competitiva.

3.2.6 ÁGUAS

Continuam a registar-se avanços significativos na implementação de vários projectos e programas contemplados no Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP) III e o seu estágio é descrito adiante. Outrossim, nas últimas reuniões realizadas em Maio de 2013 e Junho de 2013, respectivamente, o WRTC e o WSRG procederam à apreciação dos termos de referência para o trabalho de consultoria destinado a fazer a Avaliação Intercalar da implementação do programa, cujo início está previsto para finais de 2013.

3.2.6.1 Programa Regional de Infra-estruturas Hídricas

O Programa Regional de Infra-estruturas Hídricas da SADC contempla uma carteira de 23 projectos listados por ordem de prioridade e incorporados no RIDMP, aos quais se juntam outros projectos que garantirão a implementação com êxito do Plano Director.

Foram desencadeadas várias actividades na tentativa de implementar os projectos. O Secretariado e o Governo da Alemanha, representado pelo KfW, assinaram em Dezembro de 2012 um acordo de subvenção avaliado em 10 milhões de Euros. Esta subvenção servirá para apoiar a execução de projectos de infra-estruturas hídricas de

pequena escala para o abastecimento de água e para o saneamento, e servirá de fundo inicial em apoio ao estabelecimento do Fundo de Infra-estruturas Hídricas.

Outrossim, foi lançado em Abril de 2013 um outro mecanismo de financiamento designado Fundo para o Desenvolvimento de Infra-estruturas Resistentes ao Clima financiado pelo DFID. Este mecanismo direcciona o seu apoio a infra-estruturas hídricas e de saneamento na Região da SADC.

3.2.6.2 Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água e de Saneamento do Cunene

O Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água e de Saneamento do Cunene continuou a registar avanços durante o período em análise. A fase de construção deverá arrancar em Setembro de 2013, encontrando-se em fase bastante adiantada o trabalho adicional relacionado com o estudo de viabilidade visando a substituição do canal por uma conduta.

3.2.6.3 Facilitação do Estabelecimento das Instituições de Gestão dos Cursos de Água Compartilhados:

A Comissão da Bacia do Limpopo (LIMCOM) iniciou a revisão e a emenda ao seu Acordo para incluir os respectivos Ministros na sua estrutura para que constituam o órgão de decisão mais alto. O processo de estabelecimento de um secretariado permanente também registou avanços conquanto Moçambique elaborou um projecto de acordo de acolhimento por se tratar do país escolhido para acolher o secretariado permanente; o projecto de acordo está a ser analisado pelos Estados Membros. Depois de terem sido recebidas as candidaturas, encontra-se na etapa final o processo de recrutamento do Director Executivo da Comissão, faltando a sua apreciação, a pré-selecção e a entrevista dos candidatos.

Por seu turno, a Comissão da Bacia do Zambeze (ZAMCOM), já estabeleceu todos os órgãos necessários, exceptuando o secretariado permanente, cujo processo de estabelecimento se espera seja concluído até Dezembro de 2013. Já foram estabelecidos o Comité Técnico e o Conselho de Ministros da ZAMCOM, e as suas reuniões inaugurais foram realizadas em Maio de 2013, em Luanda, Angola.

No mesmo período, foram levadas a cabo diversas iniciativas ao nível das outras bacias hidrográficas visando aumentar a sua capacidade e incrementar a cooperação na gestão das bacias hidrográficas compartilhadas. Entre as iniciativas contam-se a elaboração de monografias e de estratégias para as bacias do Búzi, Save, Rovuma; a elaboração do Plano de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos ao Longo de Toda a Bacia de Orange-Senqu; acordo para a realização de um estudo de viabilidade da transferência de água das Montanhas do Lesoto (Lesotho Highlands) para Botswana celebrado entre os três Ministros da ORASECOM, nomeadamente do Botswana, Lesoto e África do Sul, com a Namíbia como testemunha.

3.2.6.4 Resposta aos Efeitos das Alterações Climáticas sobre a Disponibilidade de Água

Foram desencadeadas diversas iniciativas que fazem parte da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas, tanto ao nível regional como de bacias, tendo sido iniciados vários estudos visando o desenvolvimento dos instrumentos necessários para fazer face aos efeitos das alterações climáticas. Entre os estudos iniciados contam-se sobre política e legislação, conhecimento indígena e local, financiamento ao desenvolvimento de recursos hídricos e gestão de desastres em zonas desportivas quentes.

3.2.6.5 Projecto de Gestão das Águas Subterrâneas e da Seca

Decorrem discussões com o Banco Mundial sobre a Segunda Fase do Projecto de Gestão das Águas Subterrâneas e da Seca. Projecta-se que a segunda fase tenha como alicerces os êxitos conseguidos na primeira fase e consolide o desenvolvimento institucional para a gestão e investigação das águas subterrâneas na SADC, através do Instituto de Gestão das Águas Subterrâneas da SADC.

3.2.7 TURISMO

O turismo continua a contribuir consideravelmente para as economias regionais e desempenha um papel crucial no alívio da pobreza.

Através da RETOSA, o sector do turismo realizou programas de capacitação institucional destinados aos Estados Membros sobre a conta satélite do turismo, estatística do turismo e comunicação e gestão da marca. A RETOSA continuou a apoiar os esforços de *marketing* do turismo levados a cabo pelos Estados Membros, mediante a realização de actividades de *marketing* conjuntas durante as feiras de viagens, o desenvolvimento de competências em matéria de elaboração de estratégias sobre os destinos, e a realização de visitas educativas aos Estados Membros envolvendo a participação dos profissionais da comunicação social e operadores turísticos.

Outrossim, realizou-se uma conferência regional sobre turismo e investimento em Maio de 2013, na África do Sul. O Secretariado da RETOSA continuou a apoiar os esforços de *marketing* do turismo dos Estados Membros, mediante a divulgação dos principais eventos turísticos contidos no calendário anual regional de eventos.

Já foi concluída a elaboração de dois documentos cruciais de suporte para a materialização do objectivo dos Estados Membros de promoção da Região como um destino turístico único, mas multifacetado, a saber, Estratégia Regional de Crescimento e Desenvolvimento do Turismo e Estratégia de Comunicação e Gestão da Marca. Actualmente, o Secretariado da RETOSA está a trabalhar de forma estreita com os Estados Membros para promover a Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (UNWTO) a ser acolhida pela Zâmbia e Zimbabwe, em Agosto de 2013, e da Cimeira sobre Turismo de Aventura a ter lugar em Outubro de 2013, na Namíbia.

De acordo com a decisão dos Ministros do Turismo tomada em Março de 2012, foi contratado um consultor para levar a cabo uma avaliação institucional da RETOSA. A avaliação arrancou em Março de 2013, e o consultor manteve consultas alargadas com os Estados Membros sobre o estado do turismo na Região, tendo produzido recomendações sobre as possíveis opções que podem ser consideradas para levar avante a visão de desenvolver um mercado de turismo integrado que ofereça aos turistas um acesso sem descontinuidades à Região. O projecto de relatório deste trabalho de consultoria ainda não foi apresentado à apreciação dos Ministros do Turismo.

3.3 ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS

Na área de alimentação, agricultura e recursos naturais, o Secretariado continuou a focalizar a sua atenção na garantia da segurança alimentar, na redução da pobreza e na promoção do uso sustentável de recursos naturais e do meio ambiente. O sector da agricultura na região continua a ser crucial, uma vez que 70 por cento da população depende dela para alimentação, rendimento e emprego. O sector também contribui com 4 a 27 por cento do PIB dos Estados Membros e com cerca de 13 por cento das receitas totais das exportações na região. O desempenho deste sector tem uma grande influência na segurança alimentar, no crescimento económico e na estabilidade social e económica.

Não obstante a sua importância, o desempenho do sector é continuamente desafiado pela escassez de alimentos, pela produção deficitária e pelo declínio dos rendimentos na agricultura, pela degradação da terra e pelo uso insustentável de alguns dos recursos naturais da região. A este respeito, o Secretariado continua a redobrar os seus esforços na facilitação e monitorização da implementação do RISDP, da Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar e do respectivo Plano de Acção.

3.3.1 SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO

Durante o ano em revista, os Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar reuniram-se em Junho de 2013, em Maputo, Moçambique, para passarem em revista o progresso realizado na implementação dos programas agrícolas e de segurança alimentar. Os destaques do progresso alcançado e as questões de fundo discutidas são apresentados a seguir:

3.3.1.1 Agricultura e Segurança Alimentar

Os Estados Membros continuaram a implementar o RISDP e a Declaração e Plano de Acção de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar, de Maio de 2004. Uma análise da situação da segurança alimentar e das vulnerabilidades durante a campanha agrícola de 2013/14 é efectuada abaixo.

3.3.1.2 Produção de Cereais na Campanha de Comercialização de 2013/14

A campanha agrícola de 2012/13 foi caracterizada por inúmeros desafios agrometeorológicos, incluindo:

- (i) a ocorrência de surtos de lagartas na África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe entre Dezembro de 2012 e Fevereiro de 2013;
- (ii) situações de cheias e de saturação hídrica devido a intensas precipitações em vários países, incluindo África do Sul, Botswana, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Seychelles, Zâmbia e Zimbábwe;
- (iii) prolongados períodos de estiagem na África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábwe que resultaram na murchidão de culturas agrícolas e na degradação das pastagens em muitas zonas.

Como consequência do acima exposto, a situação geral da segurança alimentar na Região referente à campanha agrícola de 2013/14 deteriorou-se comparativamente ao ano anterior, como a seguir se indica:

- (i) a produção de cereais, composta por milho, trigo, arroz, painço e sorgo, está projectada em 33,87 milhões de toneladas e registou um ligeiro aumento de 3.% face às 32,81 milhões de toneladas produzidas em 2012;
- (ii) as necessidades cerealíferas para 2013/14 são estimadas em 41,85 milhões de toneladas enquanto, por seu lado, a disponibilidade geral de cereais é estimada em 37,92 milhões de toneladas, apontando, assim, para um défice geral de 3,93 milhões de toneladas, consistindo em 2,77 milhões de toneladas de trigo, 660 mil toneladas de arroz e 950 mil toneladas de mapira/mexoeira, menos um excedente de milho de 450 mil toneladas.

A despeito da fraca colheita este ano, uma análise da tendência da produção desde 2005, altura em que o RISDP entrou em vigor, dá conta de um aumento significativo da produção cerealífera na Região. Conforme se indica na Tabela 1, o total da produção cerealífera subiu de 24,88 milhões, em 2005, para uma média de 33,71 milhões de toneladas durante o período em análise. Grande parte deste aumento registado na produção deve-se ao milho, cuja produção aumentou de 19,7 milhões de toneladas, em 2005, para uma média de 23,76 milhões de toneladas durante o período em análise. A produção de outros cereais (trigo, arroz, sorgo e painço) permaneceu estagnada, em cerca de 5 milhões de toneladas.

**Tabela 1 Produção de Cereais por Estados Membro, nas Campanhas Agrícolas de 2005 a 2013
(‘000 toneladas)**

Membros Estados	Campanhas Agrícolas									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Produção Média 2005 a 2013
Angola	886	671	734	738	1.053	1.178	1.409	506	940	788
Botswana	24	36	29	43	56	109	62	31	45	38
Lesoto	120	126	78	72	72	172	103	58	106	94
Malawi	1.336	2.755	3.616	2.989	3.993	3.610	4.121	3.838	3.894	3.318
Maurícias	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Moçambique	1.899	2.098	2.168	2.296	2.630	2.641	2.831	1.458	2.371	2.262
Namíbia	97	181	114	106	111	155	117	166	82	127
África do Sul	13.615	9.222	9.292	15.550	14.855	15.094	13.579	14.774	14.035	13.129
Suazilândia	67	67	47	62	71	75	84	76	82	71
Tanzânia	5.015	5.189	5.448	5.587	5.265	6.940	6.787	7.558	8.314	6.241
Zâmbia	1.065	1.597	1.537	1.640	2.197	3.096	3.3463	3.197	2.890	2.259
Zimbabue	54	1.663	1.200	628	1.557	1.569	1.656	1.123	953	1.155
SADC	24.881	23.607	24.266	29.712	31.862	34.588	34.114	32.806	33.713	29.719

Fonte: Estados Membros, Ministérios responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar;

3.3.1.3 Produção de Culturas Alimentares Não Cerealíferas

Os Estados Membros também produzem culturas alimentares não cerealíferas, principalmente mandioca, banana-pão e batata-doce. A produção total de mandioca em Angola, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia indica um aumento consistente, de 19,81 milhões de toneladas, em 2005, para 33,26 milhões de toneladas em 2012. Verificaram-se aumentos análogos na produção de banana-pão e de batata-doce. Estas culturas alimentares concorrem, de um modo significativo, para a segurança alimentar na Região.

3.3.1.4 Produção Pecuária

A produção de carne subiu 3%, de 5,5 milhões de toneladas, registadas em 2011, para 5,68 milhões de toneladas, em 2012. Durante o período homólogo, a produção de leite e ovos aumentou na ordem de 2,3% e 3,2%, de 4,97 milhões de litros para 5,08 e de 650 mil para 670 mil toneladas, respectivamente. Todavia, a Região continua a ser importadora líquida destes produtos.

3.3.1.5 Produção Pesqueira

As pescas contribuem para a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento económico, o comércio e a criação de emprego. Na arena global, a captura de pescado situa-se em 148,5 milhões de toneladas, enquanto na SADC, a produção piscatória está estimada em 2,4 milhões de toneladas. A produção aquícola global está estimada em 59,9 milhões de toneladas face a 33 mil toneladas da Região da SADC. O potencial para a aquacultura é enorme e os Estados Membros devem tirar partido deste para aumentar a produção de peixe. Os três países no topo da produção aquícola na SADC são a Zâmbia, a África do Sul e a República Unida da Tanzânia.

3.3.1.6 Necessidades Humanitárias

A análise dos dados das tendências registadas desde 2005 indica o registo de uma baixa mas, ainda assim, um elevado número de pessoas requer assistência humanitária (sob forma de assistência alimentar e não alimentar) na Região. Isto deve-se fundamentalmente a vários desafios enfrentados pelo sector agrícola, do qual depende cerca de 61% da população da Região para a sua subsistência.

Tabela 2 Tendência do Número de Pessoas Vulneráveis por País ('000 de Pessoas)

País*	Tendências relativas à População em Estado de Insegurança Alimentar na Região								
	2005/6	2006/7	2007/8	2008/9	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Angola	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	367	600
Botswana	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	372
RDC	n/a	n/a	6.824	4.322	5.861	4.300	4.300	5.445	6.357
Lesoto	541	246	553	353	450	200	514	726	223
Malawi	5.055	833	63	613	275	508	273	1.973	1.154
Moçambique	802	240	520	303	281	350	245	270	275
Namíbia	n/a	n/a	n/a	n/a	225	42	243	75	779
África do Sul**	9.676	7.016	6.659	7.856	11.931	7.879	6.542		
Suazilândia	634	466	345	239	262	161	89	116	290
Tanzânia	850	4.419	216	427	852	1.143	1.621	1.474	1.617
Zâmbia	1.233	381	441	445	110	54	75	63	209
Zimbabwe	2.885	1.393	4.100	5.100	1.400	1.288	1.390	1.668	2.207

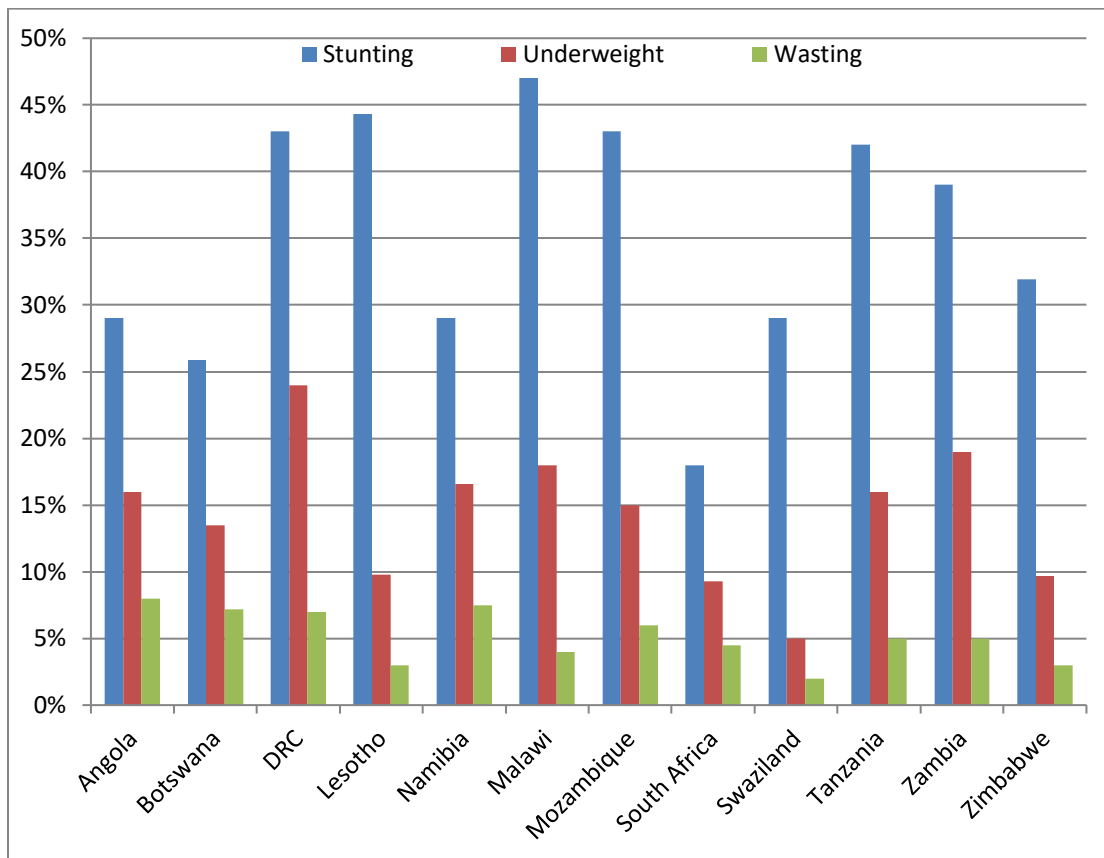
Fonte: * Comitês de Avaliação da Vulnerabilidade dos Estados Membros da SADC.

** Stats SA, General household Survey (GHS): dados de 2012 e 2013 serão divulgados posteriormente.

3.3.1.7 Segurança Nutricional

A desnutrição (raquitismo, baixo peso e condição debilitada) em crianças menores de cinco anos permanece alta na Região (Gráfico 1). Por exemplo, o raquitismo, que resulta de uma insegurança alimentar a longo prazo, varia de cerca de 17%, na África do Sul, para cerca de 47%, no Malawi, entre os países representados no gráfico.

Figura 4 Prevalência da desnutrição em crianças menores de cinco anos



Fonte: Estados Membros da SADC, Julho de 2012.

Como resultado dos muitos desafios inerentes à insegurança alimentar e à vulnerabilidade que a Região enfrenta, na sua reunião realizada em Agosto de 2012, em Maputo, Moçambique, a Cimeira exortou os Estados Membros a adoptar as seguintes medidas, de modo a assegurar uma segurança alimentar e nutricional sustentável na Região:

- (i) providenciar assistência humanitária às populações em situação de insegurança alimentar;
- (ii) aumentar os programas de protecção social e de redes de protecção destinados a fazer frente à vulnerabilidade crónica;

- (iii) dar continuidade à implementação de programas dirigidos de subsídios agrícolas;
- (iv) promover tecnologias de irrigação e captação de água para os pequenos agricultores;
- (v) aumentar o desenvolvimento de infra-estruturas, visando a melhoria do acesso ao mercado, entre outros.

Os Estados Membros estão a implementar as decisões da Cimeira através de várias intervenções a nível nacional. Estas incluem a prestação de assistência humanitária a grupos vulneráveis, a atribuição de subsídios aos meios de produção orientados para os agricultores, a implementação de programas de irrigação e a construção de estradas secundárias rurais, entre outras acções.

Os Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar, reunidos em Maputo a 7 de Junho de 2013, solicitaram que os Estados Membros acelerassem a implementação geral da Declaração e Plano de Acção de Dar-es-Salaam se a Região quiser evitar, actual e futuramente, problemas relacionados com a insegurança alimentar e nutricional.

3.3.2 CULTURAS AGRÍCOLAS E PECUÁRIA

A disponibilidade e o acesso a factores de produção continua a ser um desafio enfrentado na produção agrícola na maior parte dos Estados Membros. Isto tem um impacto negativo directo na produção agrícola e na segurança alimentar nos Estados Membros. Os principais factores de produção agrícola incluem sementes, fertilizantes, fungicidas, insecticidas, herbicidas e medicamentos veterinários.

No seu intuito de facilitar a superação dos desafios relativos aos factores de produção agrícola, o Secretariado tem vindo a coordenar intervenções para melhorar a disponibilidade e o acesso aos factores de produção. Neste contexto, o Secretariado conseguiu criar o Centro de Sementes da SADC para implementar o Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes da SADC aprovado pelos Ministros em 2008. O Centro, cujas operações arrancaram em 2011, está localizado no Centro de Recursos Filogenéticos da SADC (SPGRC), em Lusaka, Zâmbia. O objectivo geral do sistema harmonizado é promover o comércio de variedades de semente de alta qualidade entre os países para aumentar a disponibilidade dessas sementes aos agricultores. Para facilitar a implementação do sistema regulador de sementes harmonizado, foi desenvolvido um Memorando de Entendimento (MOU) que já foi assinado por 9 Estados Membros. Espera-se que o Memorando de Entendimento seja operacionalizado a partir do corrente ano de 2013.

Durante o período em análise, o Secretariado, em colaboração com os Estados Membros, iniciou a elaboração da Carta do Centro de Sementes da SADC, que é um instrumento jurídico necessário para a celebração de um acordo de acolhimento entre o

Centro de Sementes da SADC e o Governo da Zâmbia. Prevê-se que a Carta esteja pronta até ao final do corrente ano.

3.3.3 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DISSEMINAÇÃO DE TECNOLOGIAS AGRÁRIAS

Durante o período em análise, o Centro de Coordenação da Investigação e Desenvolvimento Agrário da África Austral (CCARDESA) entrou em pleno funcionamento, depois de concluir o processo de recrutamento de todo o pessoal-chave. Por consequência disso, o Secretariado transferiu a execução das actividades de investigação para o CCARDESA. Todavia, o Secretariado continuará a facilitar a elaboração pelos Estados Membros de políticas de investigação e desenvolvimento.

3.3.4 POLÍTICA AGRÍCOLA REGIONAL

O Secretariado da SADC continuou a formular uma Política Agrícola Regional (PAR) da SADC, que se espera seja um instrumento jurídico vinculativo para a implementação das estratégias da região na área de alimentação, agricultura, recursos naturais e meio ambiente. O objectivo geral da PAR é estimular a produção e a produtividade agrícola sustentáveis, aumentar a competitividade e melhorar os mercados e a comercialização de produtos agrícolas, pesqueiros e florestais.

A PAR foi aprovada, em princípio, pelos Ministros responsáveis pelos pelouros da Agricultura e Segurança Alimentar durante a reunião realizada em Maputo, Moçambique, em Junho de 2013. A próxima etapa principal do processo da PAR é a elaboração do respectivo Plano de Investimento, que definirá os programas prioritários e os fundos necessários para a sua implementação.

3.3.5 PRONTIDÃO DE RESPOSTA EM CASOS DE CALAMIDADES

O Secretariado continuou a recolher, analisar e disseminar a informação de alerta prévio sobre segurança alimentar recebida dos Estados Membros através dos comunicados e/ou relatórios de alerta prévio.

No domínio da capacitação, realizou-se um Curso de Reciclagem Regional para o pessoal das Unidades de Alerta Prévio Nacionais, tendo participado nele 11 Estados Membros. Esta acção de capacitação visava reforçar a capacidade das Unidades Nacionais em matéria de recolha, análise e disseminação de informação fiável que sirva para uma melhor planificação da resposta a calamidades no futuro nos respectivos países.

Durante o período em análise, foi reforçada a coordenação na área de avaliação da vulnerabilidade mediante a criação do Comité Directivo Regional de Avaliação da Vulnerabilidade constituído por funcionários superiores do Estado provenientes dos Ministérios responsáveis pela realização da avaliação e análise da vulnerabilidade ao nível nacional. Durante este período, o Comité Directivo realizou duas reuniões. O

Comité Directivo é apoiado pelo Comité Técnico Consultivo Regional sobre a Vulnerabilidade (RVAC) composto por peritos do Secretariado, dos Estados Membros da SADC e dos Parceiros de Cooperação Internacional.

3.3.6 GESTÃO CONJUNTA DOS RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIROS

A Gestão dos Recursos Naturais (GRN) na SADC reforça a integração regional através da promoção da colaboração entre os Estados Membros na gestão dos seus recursos naturais. Esta abordagem baseia-se nos princípios preconizados em todos os protocolos da SADC sobre recursos naturais.

Apesar das dificuldades orçamentais que afectaram o trabalho deste sector, foram feitos avanços significativos, conforme se demonstra a seguir:

Implementação do Protocolo sobre as Pescas

Foi realizada a avaliação da implementação da Declaração de Compromisso Ministerial da SADC sobre o combate à Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulada (IUU), cujos resultados foram apresentados ao Comité Técnico sobre Pescas.

Foi elaborada e analisada pelo Comité Técnico sobre Pescas a estratégia de sustentabilidade financeira do futuro Centro Regional de Fiscalização, Controlo e Vigilância das Pescas da SADC.

Também foi elaborada e analisada pela Equipa de Trabalho sobre a Pesca IUU a Carta que cria o futuro Centro Regional de Fiscalização, Controlo e Vigilância das Pescas da SADC.

Arrançou o processo de elaboração da Estratégia de Aquacultura da SADC, e já foram concluídas as respectivas linhas gerais.

Implementação do Protocolo sobre Florestas

O Secretariado, em colaboração com os Estados Membros, continua a elaborar programas sobre as áreas prioritárias a contemplar na Estratégia de Florestas. Uma dessas áreas é o comércio, onde já foi concluída a elaboração do Programa Regional sobre Aplicação da Lei, Governação de Florestas e Comércio de Produtos Florestais (FLEGT). Este programa foi recomendado pelo Comité Técnico sobre Florestas à aprovação Ministerial.

O estabelecimento da Associação dos Madeireiros da SADC foi uma das áreas identificada em 2010 como crucial para servir de esteio na comercialização da madeira e de outros produtos florestais. Os documentos sobre a criação da Associação dos Madeireiros da SADC já foram elaborados, analisados pelo Comité Técnico e recomendados à aprovação Ministerial.

Está em curso a implementação do programa REDD+ aprovado em 2011. Até ao presente, a componente de Monitorização, Prestação de Relatórios e Verificação (MRV) do programa REDD+ está a ser executada no Botswana, Malawi, Moçambique e Zâmbia.

Implementação do Protocolo sobre a Conservação da Fauna Selvagem e Aplicação da Lei

Foi definida a posição e elaborada a estratégia de negociação regionais para a XVI Conferência das Partes (COP 16) à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora em Perigo de Extinção (CITES); a posição e a estratégia foram sancionadas pelo Comité Técnico Conjunto sobre Florestas e Fauna Selvagem.

Foi realizada a avaliação do impacto da caça ilegal e da exploração não regulada da fauna selvagem na Região para fins de segurança alimentar e desenvolvimento económico. Além disso, foram definidos os princípios visando reduzir a ocorrência destas actividades.

Coordenação do Desenvolvimento das Áreas de Conservação Transfronteiriças (TFCAs)

Foi concluída a elaboração do Programa Regional de TFCAs da SADC e este foi apresentado ao Comité Técnico sobre Fauna Selvagem, que o recomendou à aprovação Ministerial.

3.3.7 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Secretariado realizou uma avaliação dos mecanismos regionais existentes para a gestão dos recursos ambientais compartilhados dentro da SADC. O relatório resultante apresenta uma visão geral dos mecanismos actualmente usados na Região e identifica os instrumentos usados na gestão dos recursos compartilhados, as lacunas existentes, para além de fazer recomendações sobre a forma como os recursos naturais transfronteiriços podem ser geridos na Região.

Em termos de capacitação para a gestão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Secretariado coordenou a realização de acções de capacitação através da implementação do Programa Regional de Educação Ambiental da SADC (SADC REEP). São objectivos gerais deste programa dotar os profissionais de educação ambiental na Região da SADC de competências para reforçar os processos de educação ambiental com a finalidade de assegurar uma gestão ambiental equitativa e sustentável. O Secretariado também facilitou o estabelecimento de laços entre instituições regionais tais como universidades e com organismos mundiais envolvidos na educação ambiental e desenvolvimento sustentável tais como UNESCO, UNEP e Universidade das Nações Unidas.

Para garantir uma implementação coordenada dos diversos acordos multilaterais sobre o meio ambiente bem como de outros acordos internacionais sobre o ambiente, o

Secretariado coordenou a realização, em Setembro de 2012, de uma reunião dos Ministros responsáveis pelo Meio Ambiente e Recursos Naturais, à margem da Conferência Ministerial de África sobre Meio Ambiente, em Arusha, República Unida da Tanzânia. Nesta reunião, os Ministros sancionaram a posição comum sobre a COP 18 da CQNUAC que se realizou em Dezembro de 2012, em Doha, Qatar.

3.4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO DE DIMENSÃO REGIONAL

Durante o período em análise, a promoção e a facilitação da implementação de programas na área de Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais mantiveram-se na lista de prioridades do Secretariado. Os principais acontecimentos e tendências registados neste sector incluíram o seguinte:

3.4.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

O crescente reconhecimento da necessidade de desenvolvimento de competências e do ensino técnico-profissional rumo ao crescimento social e económico foi uma das grandes conquistas da Região. A percepção de que o ensino teórico é superior em matéria de valor em relação ao ensino técnico parece ter mudado. Regista-se um interesse crescente na elaboração de políticas sobre desenvolvimento de competências e Ensino e Formação Técnico-Profissional (EFTP) e alguns países estão a avançar graças à sua mudança de paradigma. Ademais, o Ensino e Formação Técnico-Profissional foi incluído no Programa de Trabalho Decente da SADC durante o período em análise.

Neste contexto, o Programa de Educação e de Desenvolvimento de Competências (ESD) da SADC está a apoiar a realização de uma análise comparativa das políticas nacionais de ensino técnico-profissional em alguns Estados Membros com vista a facilitar a harmonização do desenvolvimento de competências na Região.

Outrossim, o Programa de ESD colabora com a UNESCO no Projecto "*Better Education for Africa Rise (BEAR)*" apoiado pelo Governo da República da Coreia em 5 Estados Membros da SADC. O Projecto tem a finalidade de operacionalizar algumas das áreas do Quadro Estratégico e Programa de Acção de EFTP da SADC. Este programa permitirá aos Estados Membros da SADC aprenderem das economias Tigre (Sudeste Asiático). Foi criado o Comité do EFTP da SADC, de que fazem parte a OIT e a UNESCO. O Comité acordou em facilitar a elaboração de um acordo sobre as definições comuns relativas ao EFTP para, entre outros aspectos, promover a elaboração de políticas de desenvolvimento de competências.

Outra conquista assenta na elaboração e aprovação da Política-Quadro Regional sobre Ensino Aberto e à Distância (EAD), que reconhece o uso de TIC na educação para aumentar o acesso à educação de qualidade e elevar o nível das competências e qualificações. No que respeita ao desenvolvimento de capacidades, 16 profissionais de EAD provenientes de países membros do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD/ADF) estão a beneficiar de formação de longa duração ao nível de Certificado em EAD no Instituto Superior de Ensino Aberto e à Distância do Botswana (*Botswana*

College of Distance and Open Learning - BOCODOL), e o primeiro grupo deverá ser graduado em Agosto de 2013.

Também foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Secretariado da SADC e dois Centros de Especialização (CoS/CdE), nomeadamente Universidade Aberta da Tanzânia/*Open University of Tanzania (OUT)* e *Malawi College of Distance Learning (MCDE)*. Os dois Centro de Especialização (CdE) vão formar profissionais de EAD através de cursos de curta duração nas áreas de formação de professores e ensino secundário, para eliminar as lacunas existentes em matéria de profissionais de EAD na Região e garantir a concepção e a ministração de programas de EAD de qualidade em toda a Região. Pelo menos 54 profissionais deverão ser formados em diversas áreas de EAD. De igual modo, cerca de 28 profissionais de EAD iniciaram a sua formação nos níveis de Diploma e Mestrado em EAD em Julho de 2013.

3.4.2 EMPREGO E TRABALHO

O Sector de Emprego e Trabalho (ELS) continuou a desempenhar o seu papel no processo de integração regional mediante a adopção de políticas e abordagens estratégicas comuns sobre a criação de oportunidades de emprego, integração do mercado de trabalho e melhoria das condições de trabalho e emprego, para efeitos de redução da pobreza e aumento da protecção social e da produtividade laboral.

O Protocolo sobre Emprego e Trabalho da SADC foi concluído durante o período em análise e, na sua reunião realizada em Maio de 2013, os Ministros e os Parceiros Sociais recomendaram ao Conselho a aprovação do Protocolo e a sua subsequente assinatura pelos Chefes de Estado. Este Protocolo preconiza o mandato, os princípios e os objectivos gerais do Sector de Emprego e Trabalho da SADC. Outrossim, providencia um quadro para a harmonização de políticas e da legislação sobre o emprego, trabalho e segurança social, a protecção e as normas de saúde no local de trabalho, e o reforço da coesão e das abordagens comuns aos desafios que o mercado do trabalho enfrenta.

Depois da realização de consultas alargadas aos níveis nacional e regional, foi concluída a elaboração de um Programa de Trabalho Decente da SADC, que foi aprovado pelos Ministros e os Parceiros Sociais. O programa visa apoiar os Estados Membros a desenvolver e a implementar normas e prioridades comuns para a melhoria das condições de trabalho e dos padrões de vida dos trabalhadores e das suas famílias bem como facilitar a oferta de oportunidades de emprego decente e produtivo.

Foi elaborado o Plano de Acção para a implementação do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho (LIMS/SIMT), tendo sido foi aprovado pelos Ministros e os Parceiros Sociais em Maio de 2013. O Plano de Acção vai facilitar a tomada de decisões baseadas em evidências, as acções de análise do mercado do trabalho e a identificação do impacto das políticas e programas de trabalho em toda a Região. A recolha de dados na Região será feita através de inquéritos sobre o mercado de trabalho que serão realizados a nível nacional de dois em dois anos.

Foi elaborada uma proposta de Estratégia de Promoção de Emprego Jovem que visa fazer face ao grave problema de desemprego entre os jovens, uma situação que

representa uma grande ameaça para o alcance dos objectivos de desenvolvimento socioeconómico, paz e estabilidade na Região.

3.4.3 SAÚDE E FÁRMACOS

No que diz respeito à saúde e fármacos, foi alcançado progresso considerável na região na área de formulação e harmonização de políticas, particularmente no controlo de doenças. Ligado à implementação do Protocolo sobre a Saúde da SADC, durante o período em análise, foram aprovadas diversas políticas-quadro e tomadas decisões, cujo destaque se apresenta adiante.

Os Padrões Mínimos da SADC para o Combate ao VIH, TB e Malária entre Crianças e Adolescentes aprovados vão permitir aumentar as taxas de sobrevivência das crianças e a materialização de resultados abrangentes no domínio do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, ao tomar em consideração a nutrição, a protecção social, a assistência psicossocial e a protecção da criança, e a prestação de cuidados ao nível da comunidade e domiciliários.

Foram elaborados Padrões Mínimos da SADC para a Prevenção, Tratamento, Prestação de Cuidados e de Assistência a Doentes de VIH e SIDA, TB, Hepatite B e C e Infecções Sexualmente Transmissíveis nas Prisões, num contexto multi-sectorial e das reformas legislativas e legais nacionais.

Foi elaborada a Estratégia da SADC para o Aprovisionamento Conjunto de Medicamentos e Artigos Médicos Essenciais (2013-2017), em resposta ao problema de abastecimento de medicamentos e artigos médicos na Região. Na etapa inicial, os esforços serão concentrados no intercâmbio de informação e na partilha de trabalho para facilitar os processos de aquisições, ao que se seguirá a criação de uma estrutura formal com a responsabilidade de coordenar e manter todas as actividades previstas na Estratégia.

Em Novembro de 2012, os Ministros da Saúde aprovaram a possibilidade de produção local de DDT, na sequência do interesse manifestado em continuar a usar DDT para o controlo e eliminação da malária na Região. Esta acção contribuirá igualmente para acelerar o progresso feito em matéria de controlo da malária na região em termos de redução da morbilidade e da mortalidade. Entre os factores subjacentes a este progresso contam-se essencialmente a Fumigação Domiciliária Residual com DDT, o uso de redes mosquiteiras, a melhoria da gestão de casos recorrendo ao uso de Tratamentos Combinados com Artemisinina (ATC), conjugados com a realização de Testes de Diagnóstico Rápido (RDT) e a detecção de casos activos.

Em colaboração com os seus parceiros, especialmente o Banco Africano de Desenvolvimento, o Secretariado passará a dar ênfase ao enquadramento no ordenamento jurídico-regulador interno das políticas-quadro acima referidas. Para o efeito, o trabalho já arrancou com a implementação das Estratégias de Advocacia e Comunicação da SADC sobre o Enquadramento no Ordenamento Jurídico Interno das Políticas Harmonizadas sobre o Combate às Doenças Transmissíveis.

3.4.4 VIH e SIDA

De acordo com o lema da Estratégia Regional de Combate ao VIH e SIDA 2010-2015: "**Aceleração da Resposta Multi-sectorial Integrada no Combate ao VIH e SIDA**", durante o período em análise, a Região continuou a implementar diversas intervenções. Referimo-nos às seguintes: promoção e distribuição de preservativos; comunicação para a mudança de comportamento; aconselhamento e testagem do HIV; circuncisão; inclusão das questões sobre VIH e SIDA em todos os sectores; Prevenção da Transmissão Vertical do VIH (PTV/PMTCT); tratamento; prestação de cuidados domiciliários; e mitigação do impacto.

Foi elaborada, em colaboração com as Primeiras-Damas da SADC, uma Declaração sobre a Prevenção da Transmissão Vertical do VIH (PTV) que foi lida durante a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Agosto de 2012, em Maputo. Esta Declaração apelava para o redobrar de esforços visando alcançar zero novas infecções pelo VIH através da transmissão vertical (de mãe para o filho).

Para medir o progresso feito na integração das questões sobre VIH e SIDA, Género e Direitos Humanos, o Secretariado identificou 5 sectores temáticos para a definição de indicadores actualmente monitorizados. As 5 áreas temáticas são: Finanças; Justiça e Direitos Humanos; Planeamento e Desenvolvimento Económico; Infra-estruturas e Obras; e Administração Local (Desenvolvimento Rural e Urbano). Foram capacitados 16 Pontos Focais no Secretariado nos domínios de integração das questões sobre VIH e SIDA, Género e Direitos Humanos. O pessoal capacitado deverá passar em revista os Planos de Actividades Anuais das respectivas Direcções e garantir que as questões relacionadas com o VIH e SIDA, Género e Direitos Humanos estejam contempladas. Outrossim, o Secretariado facilitou a elaboração da Política e dos Sistemas de Gestão da Saúde, Segurança e Ambiente no Trabalho (OSHE e OSHEM).

Os dados disponíveis mostram que os fundos cedidos pelos Parceiros de Cooperação Internacional para os programas de luta contra o VIH e SIDA têm vindo a decrescer nos últimos 5 anos. Assim, é essencial que o Secretariado trabalhe com os Estados Membros na mobilização recursos, tanto internos como junto dos Parceiros de Cooperação Internacional.

O Secretariado facilitou o desembolso de fundos para a execução de 12 projectos nos Estados Membros que estão a beneficiar do apoio do Fundo para o Combate ao VIH e SIDA da SADC. De Julho de 2011 a Março de 2013, foram desembolsados US\$3.784.174. Os relatórios sobre a implementação destes projectos indicam alguns resultados preliminares com potencialidades de orientar a Região na elaboração de políticas e de directrizes baseadas em evidências e na eliminação das lacunas verificadas nos programas de luta contra o VIH e SIDA nos Estados Membros.

O impacto da prevenção do VIH manifesta-se na redução de novas infecções, tendo-se registado uma baixa em 34% comparativamente a 1998, ano em que a Região da SADC registou o pico de infecções pelo VIH.

3.4.5 PROGRAMA ESPECIAL: ÓRFÃOS, CRIANÇAS E JOVENS VULNERÁVEIS (OVCY)

Onze Estados Membros desencadearam processos rumo à implementação do Pacote de Serviços Mínimos para Órfãos, Crianças e Jovens Vulneráveis (OVC&Y) usando as directrizes da SADC elaboradas em 2012. Estão incluídas nos processos as consultas nacionais para facilitar a colaboração entre diferentes sectores na prestação de serviços abrangentes e de uma maneira holística a OVC&Y e a integração das recomendações da SADC sobre a prestação efectiva de serviços nas políticas, legislação, estratégias e programas nacionais. Foram desenvolvidas normas regionais para apoiar os Estados Membros no incremento da prestação de cuidados, assistência e tratamento a crianças e adolescentes vulneráveis contra as três principais doenças, nomeadamente VIH e SIDA, Tuberculose e Malária. De igual modo, foram documentadas as melhores práticas de gestão destas três doenças no seio de crianças e adolescentes de diferentes Estados Membros que serão partilhadas para efeitos de adaptação e incremento da sua aplicação.

Foram mobilizados recursos financeiros junto de parceiros de cooperação internacionais para um projecto destinado a reforçar a capacidade de monitorização, avaliação e prestação de relatórios sobre o progresso feito na implementação das políticas e programas direccionadas a crianças e jovens vulneráveis em diferentes sectores nos Estados Membros e ao nível regional. Entre outros benefícios, o projecto permitirá aos Estados Membros recolher informações sobre vulnerabilidades específicas das crianças e dos jovens, que serão úteis para melhorar a aplicação direccionada das políticas e programas. O projecto será executado de 2014 a 2018.

Em conformidade com as decisões da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana realizada em Malabo, em Julho de 2011, e do Conselho de Ministros da SADC tomadas na Sessão realizada em 2010, em Windhoek, as quais, entre outros aspectos, reconhecem como prioridade o potenciamento da juventude e o desenvolvimento sustentável, decorre a elaboração de uma estratégia e de um plano de acção da SADC sobre Potenciamento da Juventude e Desenvolvimento Sustentável. Esta estratégia visa, essencialmente, fazer face a questões de responsabilidade juvenil, desenvolvimento de valores de liderança, voluntariado e participação na vida social, política e económica (incluindo a saúde juvenil, o desenvolvimento de competências e o potenciamento para o empreendedorismo empresarial, e a produtividade económica e do trabalho) aos níveis nacional e regional.

Já arrancou o processo de coordenação dos esforços de criação e promoção de oportunidades de emprego jovem entre todos os sectores relevantes, envolvendo os Ministérios responsáveis pelos pelouros da juventude, em colaboração com os Ministérios responsáveis pelo emprego e trabalho, a comunidade empresarial e a sociedade civil.

Entretanto, o Secretariado prossegue a identificação de parceiros no seio das organizações da sociedade civil, das instituições de investigação e académicas e do sector privado que serão investidos da função de apoiar os Estados Membros a implementar em pleno os compromissos regionais relativos aos órfãos, crianças e jovens vulneráveis na Região.

3.5 PROGRAMAS TRANSVERSAIS

3.5.1 GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

3.5.1.1 Desenvolvimento e Harmonização de Políticas

A aceleração do processo de harmonização das políticas nacionais sobre género com a Política de Género da SADC e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento mantém-se essencial. Assim, diversos Estados Membros da SADC iniciaram o processo de revisão das suas políticas de género e estão a elaborar planos de acção orçamentados que se conformam com o Protocolo sobre Género e Desenvolvimento da SADC.

Comparativamente ao período homólogo anterior, neste período, mais um Estado Membro ratificou o Protocolo sobre Género e Desenvolvimento, o que eleva para 10 o número de Estados Membros que ratificaram e depositaram os respectivos instrumentos de ratificação junto do Secretariado. Trata-se dos seguintes Estados Membros: África do Sul, Angola, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia, Reino da Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

3.5.1.2 Avaliação Anual de Programas

Os Ministros da SADC responsáveis pelos pelouros do Género e Assuntos da Mulher reuniram-se a 14 de Fevereiro de 2013, em Maputo, Moçambique, para discutir o Programa do Género da SADC e a Posição da SADC na 57^a Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher (CSW). Nesta reunião, os Ministros apreciaram e adoptaram dois documentos importantes, nomeadamente o Documento sobre a Posição da SADC na 57^a Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher (CSW) e o projecto de Conclusões Acordadas sobre o Tema Prioritário na eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra a mulher e a rapariga, contendo as contribuições da SADC.

3.5.1.3 Capacitação

Durante o período em análise, realizou-se no Secretariado um workshop de capacitação sobre Integração das Questões do Género que contou com a participação dos Pontos Focais do Género da SADC. O objectivo geral do workshop de capacitação era sensibilizar os Pontos Focais sobre os conceitos e as questões de género e prepará-los para integrarem de forma sistemática as questões de género nos seus programas de trabalho.

3.5.1.4 Elaboração de Orçamentos com uma Perspectiva de Género

De acordo com a directiva emanada dos Ministros aquando da reunião realizada a 2 de Junho de 2011, em Windhoek, Namíbia, e como parte das suas iniciativas sobre a integração da perspectiva de género, o Secretariado organizou um workshop regional de

21 a 23 de Novembro de 2012 para a elaboração de Directrizes Regionais sobre a Elaboração de Orçamentos com uma Perspectiva de Género. Cada Estado Membro fez-se representar por três participantes.

As directrizes sobre a elaboração de orçamentos com uma perspectiva de género têm a finalidade de servir de ponto de referência comum para os Estados Membros da SADC para facilitar o desenvolvimento de boas práticas de gestão de finanças públicas que garantam que os orçamentos nacionais abordem de forma prática as prioridades e os compromissos relativos à igualdade de género.

3.5.1.5 Principais Desafios para a Igualdade de Género na SADC

Durante o período em análise, testemunhou-se uma regressão em matéria de representatividade da mulher em lugares políticos e de tomada de decisões na Região. Por exemplo, na Zâmbia, a representação da mulher tanto ao nacional como local decresceu, enquanto na RDC o nível de representação se manteve persistentemente baixo. No Lesoto, registou-se um aumento marginal.

O grau de implementação das políticas de género e o volume de recursos dotados ao nível nacional para a realização de actividades de capacitação mantiveram-se baixos.

O outro desafio enfrentado reside no conflito entre o direito costumeiro e o direito comum/positivo. Algumas leis costumeiras estão em conflito com as leis comuns e contradizem a agenda do género. A lentidão registada nos processos de enquadramento no ordenamento jurídico-regulador interno dos instrumentos internacionais, continentais e regionais também impede a progressão na materialização da agenda do género.

A falta de planos abrangentes de discriminação positiva e de leis e políticas eleitorais favoráveis, o reduzido acesso das mulheres a recursos produtivos tais como créditos e terra, especialmente nas zonas rurais, constituem alguns dos desafios que a Região ainda enfrenta no domínio da igualdade de género.

3.5.2 ESTATÍSTICA

Durante o período em análise, a implementação de programas de Estatística continuou a focalizar as áreas de intervenção prioritárias identificadas e detalhadas no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

3.5.2.1 Parceiros Estratégicos

A União Europeia e o Banco Africano de Desenvolvimento foram os dois principais parceiros de desenvolvimento e de cooperação que concederam fundos para as actividades principais realizadas na área de Estatística durante o período em análise. Os

fundos foram concedidos no âmbito do quadro de implementação dos programas de Capacitação Institucional para a Integração Regional (CBRI) e de Capacitação em Estatística (SCB).

3.5.2.2 Áreas Prioritárias

Durante o período em análise, o Programa de Estatística da SADC continuou a focalizar as seguintes actividades prioritárias:

- (a) harmonização de estatísticas;
- (b) criação e reforço de capacidades em estatística, visando monitorizar o progresso rumo à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);
- (c) conclusão da elaboração da Estratégia Regional de Estatística;
- (d) desenvolvimento de bases de dados de estatística e de mecanismos de divulgação de dados, incluindo a Base de Dados Integrada de Estatística sobre o Comércio da SADC, o Anuário de Estatística da SADC e outras publicações;
- (e) promoção de classificações e padrões estatísticos internacionalmente reconhecidos, incluindo as melhores práticas de estatística, no seio dos Estados Membros.

3.5.2.3 Principais Realizações e Actividades Levadas a Cabo

Uma análise da implementação das actividades planeadas para o período em análise, de acordo com o Plano de Actividades de Estatística da SADC, indica que o grau de materialização das metas fixadas situou-se abaixo do previsto. Contudo, de acordo com as actividades prioritárias definidas, a seguir se indicam as principais realizações alcançadas e as actividades levadas a cabo durante o período:

- (a) concluída a elaboração da Estratégia Regional de Desenvolvimento de Estatística da SADC 2013-2018 graças a acções e medidas tomadas pelo Comité de Estatística da SADC. A Estratégia também foi aprovada, em princípio, pelo Conselho de Ministros da SADC, em Março de 2013;
- (b) Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados (IPCH/HCPI) da SADC completos lançados e divulgados mensalmente, desde Janeiro de 2013. O cálculo abrangente do HCPI da SADC baseia-se na cobertura dos 15 Estados Membros da SADC. O HCPI é disseminado através de comunicados de imprensa mensais, mas também é divulgado no sítio Web da SADC;
- (c) concluída a elaboração da edição 2011 do Anuário Estatístico da SADC nas versões para o Web e impressa;
- (d) projecto de Boletim de Estatística sobre o Comércio Internacional de Mercadorias da SADC Edição 2012 concluído e sancionado pelo Comité de Estatística da SADC em Maio de 2013;
- (e) indicadores regionais seleccionados, actualizados e validados, incluindo sobre o Produto Interno Bruto (PIB), inflação, taxas de crescimento anual, agregado das

exportações e importações, população, taxas de câmbio, dívida e reservas internacionais, para a série de dados referentes ao período de 2000 a 2010, compilados e sancionados pelo Comité de Estatística da SADC em Maio de 2013;

- (f) capacidade de produção de estatística dos Estados Membros, principalmente relacionada com a harmonização de estatísticas de preços ao consumidor, contas nacionais e estatística do comércio externo, incrementada através de iniciativas de capacitação em estatística realizadas com o apoio do BAD;
- (g) realizada a reunião anual do Comité de Estatística da SADC para proporcionar uma orientação estratégica e sobre políticas na implementação de projectos de estatística na SADC;
- (h) realizada a coordenação da recolha de dados e submissão dos necessários preços e dados de contas nacionais ao Banco Africano de Desenvolvimento, no quadro da implementação do programa de Comparação Internacional de 2011, para os Estados Membros da SADC;
- (i) realizada a coordenação do Programa de Estatística da SADC para incentivar e promover sinergias e o uso racional de recursos entre as diversas iniciativas e os vários projectos no domínio da estatística financiados por diferentes parceiros de desenvolvimento.

3.5.2.4 Principais Desafios

Apesar das realizações e do progresso positivo referidos acima alcançados na implementação do Programa de Estatística da SADC durante o período em análise, também foram encontrados alguns desafios. Os que mais se destacam são:

- (a) não foram recebidos do Banco Africano de Desenvolvimento os fundos de subvenção destinados ao Terceiro Programa de Capacitação em Estatística devido a atrasos registados na assinatura do acordo sobre o projecto entre o BAD e a SADC resultantes de impedimentos administrativos;
- (b) problemas na aplicação dos procedimentos administrativos e financeiros relativos à implementação dos projectos de estatística financiados pelos parceiros de desenvolvimento;
- (c) falta de dotação de recursos suficientes pelos Estados Membros para as actividades regionais de estatística para permitir a sustentação dos resultados alcançados pelos projectos levados a cabo com o apoio dos parceiros de desenvolvimento.

4.0 POLÍTICAS, PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

As funções de Políticas, Planeamento, Monitorização e Avaliação desempenham um papel preponderante na garantia do alinhamento estratégico das operações com os objectivos e metas da SADC. Outrossim, estas contribuem para a concretização de níveis mais elevados de eficiência no desempenho das actividades.

Na sequência da aprovação pelo Conselho, em Fevereiro de 2012, da Política da SADC para a Formulação, Planificação, Monitorização e Avaliação de Estratégias (SPME) e de uma Política sobre a Gestão do Risco, foram criadas as condições e a base para melhorar a tomada de decisões baseada em evidências aos níveis de política e operacional. A operacionalização de ambas as políticas já está em curso, através de programas de ampla divulgação realizadas pelo Secretariado e da formulação de instrumentos de operacionalização.

4.1 DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E DE ESTRATÉGIAS

4.1.1. ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO DA SADC

A preparação para a formulação da Estratégia a Médio Prazo (EMP) da SADC para o período de 2014-2019 já iniciou. O processo deve arrancar com contribuições preliminares do Secretariado. Subsequentemente, os contributos dos Estados Membros serão cruciais para garantir a definição de uma perspectiva partilhada dos resultados que devem ser obtidos a médio prazo. Deste modo, estabelecendo a ligação entre os objectivos a longo prazo da SADC, a EMP deve proporcionar uma direcção clara à planificação de operações com perspectivas a médio e curto prazo.

4.1.2 PROGRAMA DE ANÁLISE E DE DIÁLOGO SOBRE POLÍTICAS DA SADC: EVENTOS DE “REFLEXÃO” SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL

O Secretariado continua a realizar esforços para reforçar a análise e o diálogo sobre políticas, tanto no seio do Secretariado da SADC como ao nível regional, mediante a realização de seminários/workshops regionais de reflexão. Estes seminários são organizados no quadro do Programa de Análise e Diálogo sobre Políticas da SADC. O Programa, que reúne peritos especializados nos mais diferentes domínios de cooperação e integração regionais, serve de plataforma para o diálogo entre todas as partes interessadas, nomeadamente Estados Membros, Secretariado da SADC, Organizações da Sociedade Civil e o Sector Privado, e contribui para o processo de formulação de políticas da SADC. Em Maio de 2013, realizou-se um seminário intitulado "*Avaliação da Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos Estados Membros da SADC*". Este seminário teve lugar em Joanesburgo e beneficiou de muito apoio das partes interessadas.

4.1.3 OPERACIONALIZAÇÃO DO OBSERVATÓRIO REGIONAL DA POBREZA (ORP) DA SADC

Durante o período em análise, o Comité Directivo do ORP realizou duas reuniões, em Setembro de 2012 e Março de 2013, em Joanesburgo, África do Sul.

O Comité Directivo já aprovou uma Matriz Comum de Indicadores da Pobreza acordada ao nível regional. Este passo era necessário para permitir aos Estados Membros apresentar relatórios sobre as tendências da pobreza. Além disso, o Comité Directivo aprovou os termos de referência para um trabalho de consultoria visando a elaboração do relatório sobre a situação da pobreza na SADC que servirá de ponto de partida para a monitorização das tendências da pobreza na Região. A consultoria iniciará logo que forem assegurados os fundos para o efeito.

Importa referir que a falta de fundos dificulta a realização das actividades de operacionalização do ORP. Todas as actividades levadas a cabo até ao presente foram possíveis graças a pedidos espontâneos de apoio feitos junto de parceiros de cooperação, uma situação que não é sustentável.

4.2 PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

4.2.1 PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO

O planeamento é uma etapa muito importante do processo de gestão do Secretariado da SADC. Os quatro objectivos principais do processo de planeamento são: elaboração de planos; garantia da implementação com sucesso dos planos; desenvolvimento e manutenção de uma cultura de elevados níveis de desempenho orientado para os resultados; e desenvolvimento e manutenção de capacidade de planeamento dentro do Secretariado da SADC.

Durante o período em análise, o Secretariado utilizou os instrumentos desenvolvidos no ano anterior, mormente, as Directrizes Gerais do Planeamento, para elaborar o Plano Institucional Anual para 2013/14 e os Planos de Actividades e Orçamento Consolidados para o mesmo ano. Os planos foram adoptados pelo Conselho em Março de 2013.

No prosseguimento da implementação do SPME, o Secretariado elaborou o Plano Institucional e os Planos de Actividades Quinquenais. Este resultado representa um desvio em relação ao sistema anterior caracterizado pela elaboração do Documento de Previsão Orçamental.

4.2.2 MONITORIZAÇÃO, PRESTAÇÃO DE RELATÓRIOS E AVALIAÇÃO

4.2.2.1 Avaliação do RISDP

Na sequência da decisão do Conselho tomada em Fevereiro de 2012, uma empresa de consultoria independente da Região realizou a Avaliação Intercalar do RISDP. Este exercício arrancou em Outubro de 2012, com a realização da reunião de lançamento na Sede do Secretariado da SADC, em Gaborone, Botswana. Seguidamente, os

consultores, acompanhados por funcionários do Secretariado, realizaram visitas a 14 Estados Membros da SADC. As visitas terminaram em Abril de 2013.

O trabalho de avaliação terminou com a realização de um workshop de validação das constatações dos consultores no qual participaram todos os Estados Membros visitados. Também participaram no workshop os actores não estatais. O workshop teve lugar em Julho de 2013, em Joanesburgo, África do Sul.

No workshop, o Consultor 'Trades centre' apresentou o projecto de Relatório de Avaliação Intercalar do RISDP, tendo destacado as suas constatações e as "mensagens" principais, que incluem o seguinte:

- (i) existem quadros de políticas e institucionais chaves para a implementação do RISDP;
- (ii) é necessário redireccionar a atenção para as modalidades de implementação;
- (iii) é essencial que a SADC "volte para as suas raízes", isto é, que reconsidere a integração no desenvolvimento, a diversificação económica e o desenvolvimento de infra-estruturas;
- (iv) é necessário que a comunidade dos Estados Membros reassuma o seu engajamento.

Os restantes membros da equipa de consultoria também fizeram apresentações sectoriais nos seguintes domínios:

- (i) Infra-estruturas e Serviços;
- (ii) Comércio, Indústria, Finanças e Investimento;
- (iii) Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais;
- (iv) Alimentação, Agricultura e Recursos naturais;
- (v) Áreas Transversais
 - (a) Tecnologias de Informação e Comunicação;
 - (b) Ciência, Tecnologia e Inovação;
 - (c) Estatística;

- (d) Sector Privado;
- (e) Género e Desenvolvimento;
- (f) Erradicação da Pobreza;
- (vi) Recursos para a materialização do mandato contemplado no RISDP;
- (vii) Avaliação Geral

Como caminho a seguir, a Trades Centre foi solicitada a apresentar o relatório revisto da Avaliação Intercalar do RISDP ao Comité Permanente dos Altos Funcionários em Agosto de 2013. O Secretariado apresentará o ponto de situação do exercício de avaliação ao Conselho, em Agosto de 2013.

5.0 RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E APROVISIONAMENTO

5.1 RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Na área de Recursos Humanos, as principais realizações registaram-se nos seguintes domínios:

5.1.1 REVISÃO DAS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS

Integrado no processo de reformas institucionais e de melhoria contínua, o Secretariado da SADC elaborou 5 políticas de Recursos Humanos, nomeadamente Política de Recrutamento, Selecção e Nomeação de Quadros; Política sobre a Conduta, Disciplina e Tratamento de Queixas; Política sobre as Relações Laborais; Política de Gestão do Desempenho; e Política de Formação e Desenvolvimento. Até ao presente, já foi aprovada a Política de Recrutamento, Selecção e Nomeação de Quadros. As restantes 4 políticas serão apresentadas ao Conselho em Agosto de 2013, para aprovação.

5.1.2 RECRUTAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

O Secretariado recrutou 22 funcionários regionais e 10 funcionários locais para os projectos de Cooperação Política Regional (RPC), Apoio à Integração Económica Regional (REIS) e Programa de Desenvolvimento da Capacidade Institucional (ICDP). Dos 28 postos vagos no quadro de pessoal, prevê-se o preenchimento de 10 vagas antes do final do exercício financeiro em Março de 2014; as restantes 18 vagas foram congeladas devido a dificuldades financeiras.

Como parte integrante das acções de desenvolvimento do pessoal, o Secretariado realizou várias actividades de formação nos domínios de Gestão de Finanças Públicas, Governação Corporativa e Gestão do Risco, entre outras.

5.2 CONTRATAÇÃO DE OBRAS, BENS E SERVIÇOS (APROVISIONAMENTO)

A Unidade de Aprovisionamento conseguiu iniciar diversos projectos que permitirão melhorar o desempenho das operações do Secretariado e aumentar a capacidade de absorção dos projectos. Alguns dos projectos são: elaboração de uma Lista de Fornecedores Locais e de uma Lista de Fornecedores Regionais; revisão do Regulamento de Aprovisionamento para aumentar a eficiência; envolvimento dos Estados Membros na adjudicação de contratos de valores superiores a 250.000 dólares americanos; e elaboração de acordos-quadro para reduzir as despesas administrativas inerentes às aquisições recorrentes. Outrossim, foram incrementados os esforços visando fazer valer o cumprimento das disposições da Política e do Regulamento de Contratação de Obras, Bens e Serviços.

A Unidade de Aprovisionamento continua a enfrentar um desafio por ser uma estrutura pequena comparativamente ao avolumar das suas funções resultantes da centralização das actividades de aprovisionamento e do aumento do número de projectos que carecem da assistência da Unidade. O outro grande desafio enfrentado pela Unidade reside na grande dependência em relação à assistência financeira dos parceiros de desenvolvimento. Embora este apoio seja bem-vindo, não é sustentável a longo prazo, por isso, torna-se necessário incrementar o volume de recursos provenientes dos Estados Membros.

No Secretariado, acreditamos que as actividades de aprovisionamento podem resultar em poupanças significativas. Consequentemente, requer-se um apoio financeiro adequado às funções de aprovisionamento para acelerar as reformas no domínio das aquisições.

5.3 RELAÇÕES PÚBLICAS

O Gabinete de Relações Públicas do Secretariado continuou a realizar diversas actividades de comunicação durante o período em análise. A seguir se apresenta alguns destaques das actividades realizadas.

5.3.1 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DA SADC

Em cumprimento da Decisão 7 do Conselho de Ministros tomada na Sessão realizada em Agosto de 2012, em Maputo, Moçambique, o Secretariado organizou, em Novembro de 2012, um encontro consultivo dos Coordenadores Nacionais da Comunicação Social da SADC e os membros do Comité de Adjudicação dos Prémios de Jornalismo da SADC. Esta reunião passou em revista a Estratégia de Comunicação e Promoção da SADC, incluindo o Concurso de Jornalismo da SADC, e apresentou a versão revista ao Conselho, em Março de 2013. O Conselho notou a Estratégia e instruiu o Secretariado para implementar os aspectos sem implicações financeiras, mas adiou a apreciação da proposta até depois da conclusão da Avaliação Intercalar do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

5.3.2 PRÉMIO DE JORNALISMO E CONCURSO DE REDACÇÕES

O Comité Regional de Adjudicação (RAC) do Concurso de Jornalismo da SADC reuniu em Junho de 2013, em Maseru, Reino do Lesoto. Com a excepção das Seychelles e da Tanzânia, tomaram parte no evento de adjudicação dos prémios pelo menos 30 delegados de 11 Estados Membros. A RAC adjudicou prémios no valor de 2 mil dólares americanos a quatro vencedores nas categorias de Fotojornalismo, Imprensa Escrita, Televisão e Rádio.

Também se realizou o Concurso de Redacções, tendo os primeiros três classificados sido outorgados prémios no valor de 1.500, 1000 e 750 dólares americanos, respectivamente.

5.3.3 INFORMAÇÃO SOBRE O SÍTIO WEB DA SADC

A nova face do sítio Web, contendo material actualizado, foi lançada em Dezembro de 2012. A informação é actualizada continuamente para garantir que todas as partes interessadas tenham acesso fácil à informação.

A tradução do conteúdo do sítio Web em Francês está prestes a terminar, havendo também iniciado a sua tradução em Português. A tradução contempla todo o conteúdo disponível no sítio Web até Julho de 2013.

5.3.4 SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

A Biblioteca do Secretariado continua a colocar a informação à disposição de uma ampla variedade de utentes e a colocar os documentos provenientes de fontes relevantes na sua colecção principal. O catálogo da Biblioteca está disponível *online* no Website da SADC e alguns documentos podem ser descarregados a partir do catálogo.

6.0 AUDITORIA E GOVERNANÇA, E ORÇAMENTO E FINANÇAS

6.1 AUDITORIA E GOVERNAÇÃO

Na qualidade de Gestor da Contabilidade do Secretariado, durante o período em análise, o Secretário Executivo continuou a implementar estratégias destinadas a reforçar os mecanismos de controlo interno, de gestão de riscos e os processos de governação. Estes esforços garantiram que a gestão no Secretariado fosse feita em conformidade com as normas e as melhores práticas internacionais de boa governação, transparência e responsabilização na utilização dos recursos providenciados pelos Estados Membros e pelos Parceiros de Cooperação Internacional.

Apesar da limitada disponibilidade de recursos durante o exercício financeiro de 2012/13, o Secretariado garantiu que o Comité de Auditoria, que tem a responsabilidade de fiscalizar a governança e as auditorias interna e externa, realizasse as suas três reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias para deliberar sobre matérias relacionadas com as operações do Secretariado. O Secretariado continuará a apoiar o Comité de Auditoria para garantir o desempenho das suas funções, conforme o mandato conferido pelo Conselho de Ministros.

Durante este período, o Secretário Executivo também continuou a implementar várias recomendações feitas como resultado do estudo de Avaliação Institucional, do Conselho de Auditores e da Unidade de Auditoria Interna, visando melhorar os sistemas de gestão da SADC para que atinjam os padrões internacionalmente aceites. As recomendações feitas cobrem uma vasta gama de operações da SADC, entre as quais contam-se o aprovisionamento, a gestão de recursos humanos, a contabilidade e a gestão financeira, a gestão de projectos, a gestão do desempenho, os mecanismos de controlo de informação, e o cumprimento geral das regras e regulamentos da SADC. Por outro lado, a auditoria interna e externa fiscalizaram as operações do Tribunal da SADC, do Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz (RPTC) e do Centro de Recursos Filogenéticos (SPGRC).

O progresso atingido na implementação das recomendações feitas era reportado ao Comité de Auditoria para sua apreciação em todas as suas reuniões ordinárias. Na sua avaliação, o Secretário Executivo pode afirmar que o impacto directo da implementação das recomendações da auditoria é a melhoria significativa dos sistemas de gestão e, de um modo particular, o reforço dos mecanismos de controlo interno no Secretariado.

Durante o período em revista, o Comité de Auditoria levou a cabo ou supervisionou as seguintes tarefas, em linha com o seu mandato:

- (i) realização da auditoria forense pela Ernst and Young;
- (ii) apreciou as demonstrações financeiras auditadas do Secretariado e o relatório do Secretário Executivo sobre as contas anuais referentes a 2011/12, e recomendou a sua aprovação pelo Conselho;
- (iii) adoptou o plano de auditoria das demonstrações financeiras referentes a 2012/13;

- (iv) aprovou o Manual do Questionário de Controlo Interno;
- (v) passou em revista o progresso feito na implementação das recomendações produzidas pelo Conselho de Auditores e pela Auditoria Interna;
- (vi) analisou as contas da Direcção;
- (vii) trabalhou em estreita colaboração com a Direcção para garantir que todos os riscos comunicados através do Conselho de Auditoria e dos relatórios de Auditoria Interna fossem geridos e mitigados atempadamente.

O Secretário Executivo comprometeu-se a continuar a criar um clima favorável para a prestação do apoio necessário para garantir que os princípios de governança sejam observados na gestão dos assuntos do Secretariado.

6.2 ORÇAMENTO E FINANÇAS

6.2.1 ORÇAMENTO E FINANÇAS

O Secretariado continuou a observar os padrões mais altos que reflectem a conformidade com os princípios de uma gestão das finanças públicas boa e transparente.

O Conselho de Auditores da SADC concluiu a auditoria das demonstrações financeiras do Secretariado da SADC referentes ao exercício financeiro de 2012/13 e emitiu um parecer de auditoria sem reservas.

O Secretariado da SADC continua a assegurar que as melhorias recomendadas pelos auditores externos e por outras avaliações independentes são implementadas imediatamente e os respectivos relatórios de balanço são apreciados pelo Conselho, com base nos pareceres dos seus comités técnicos.

6.2.2 PRIORIDADES OPERACIONAIS EM 2012/13

No exercício financeiro de 2012/13, o Secretariado da SADC definiu as seguintes prioridades operacionais nos domínios da gestão financeira e de outras estratégias de implementação afins:

6.2.2.1 Ambiente de controlo interno eficiente e eficaz

- (i) produção de directrizes e manuais sobre a preparação das projecções de receita e despesa a médio prazo, orçamentos, contas, demonstrações e relatórios financeiros;
- (ii) informatização dos processos de orçamentação e contabilidade;
- (iii) coordenação dos processos de elaboração dos orçamentos intermédios e anuais;

- (iv) elaboração de contratos-programa anuais;
- (v) obtenção da aprovação do Regulamento Financeiro revisto pelo Conselho;
- (vi) gestão do fundo de maneiio;
- (vii) aplicação de instrumentos de prestação de ajuda.

6.2.2.2 Serviços de fiscalização financeira, contabilidade e apresentação de relatórios eficientes e efectivos

- (i) aplicação de padrões internacionais e formulação de políticas contabilísticas relevantes;
- (ii) processamento de transacções financeiras;
- (iii) prestação de relatórios de despesas orçamentais;
- (iv) produção de contas e de demonstrações financeiras estatutárias anuais.

6.2.2.2 Governação e serviços de assessoria

- (i) investigação sobre melhorias na área de gestão financeira;
- (ii) assessoria a todos os níveis de direcção e estruturas de fiscalização;
- (iii) observância dos regulamentos e procedimentos financeiros aplicáveis;
- (iv) reforço da capacidade da Direcção em matéria de aplicação dos regulamentos financeiros e de outros instrumentos de política afins aprovados pelo Conselho.

6.2.3 VISÃO GERAL SOBRE A SITUAÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

Durante o período em análise, as actividades do Secretariado foram financiadas por uma dotação orçamental no valor de US\$ 70,36 milhões, aprovada pelo Conselho de Ministros da SADC através de uma resolução adoptada aquando da sua Sessão de Março de 2012, em Luanda, Angola. A Tabela 2 adiante apresenta um resumo dos resultados e da posição financeira do exercício findo a 31 de Março de 2013

As dotações financeiras finais para o Secretariado no exercício de 2012/13 são conforme se indica na Tabela 2 seguinte.

Tabela 3 Fontes de Financiamento do Orçamento para 2012/13 (US\$'000)

Item	Orçamento Inicial	Ajustamento da Rubrica Financiada pelos Estados Membros	Ajustamento da Rubrica Financiada pelos ICP	Verba Orçamental Final	Orçamento de 2011/12
Contribuições Anuais dos Estados Membros	33.152	-1.865	0	31.287	31.463
Parceiros de Desenvolvimento	43.058	0	-6.652	36.406	51.474
Fundo Especial para Madagáscar (por Angola)	862	0	0	862	0
Fundo Especial para a Revisão do RISDP (por Angola)	734	0	0	734	0
Outras Fontes	186	885	0	1.071	586
Total	77.992	-980	-6.652	70.359	83.523

A Tabela 3 adiante apresenta um resumo dos resultados e da posição financeira do exercício findo a 31 de Março de 2013

Tabela 4: Demonstração dos Resultados (resumo) (US\$'000)

	2012/13	2012/13	2011/12	2011/12	2010/11	2010/11	2009/10	2009/10	2008/09	2008/09
	Real	Proporção	Real	Proporção	Real	Proporção	Real	Proporção	Real	Proporção
Receita										
Estados Membros	29.487	49%	27.320	49%	26.550	49%	29.911	49%	23.054	49%
Fundo Acumulado	385	3%	2.810	3%	1.800	3%	360	3%	1.620	3%
Subvenções	26.334	46%	24.709	46%	29.390	46%	28.071	46%	22.397	46%
Receitas Diversas	1.405	1%	2.402	1%	1.257	1%	218	1%	148	1%
Total da Receita	57.611	100%	57.241	100%	58.998	100%	58.560	100%	47.219	100%
Variação Homóloga (%)	1%		-3%		1%		24%			
Despesas operacionais	25.281		26.346		26.172		21.383		17.764	
Variação Homóloga (%)	-4%		1%		22%		20%			
Despesas com programas										
Estados Membros	5.987	19%	5.758	19%	6.395	18%	7.156	20%	4.970	18%
Parceiros de Desenvolvimento	26.334	81%	24.722	81%	29.927	84%	28.976	80%	22.076	82%
Sub-Total	32.321	100%	30.480	100%	36.322	100%	36.132	100%	27.046	100%
Variação Homóloga (%)	-4%		1%		22%		20%			
(Défice)/Excedente referente ao exercício financeiro	29		421		-2.691		646		2.626	

Tabela 5: Balanço (resumo) (US\$'000)

Fundos Usados	Descrição do Fundo	2012/13	2011/12	2010/11	2009/10	2008/09	2007/08
Fundos de Receita dos Estados Membros							
Fundo de Reserva	Verbas reservadas pelo Conselho a partir de verbas excedentárias	2.367	2.915	5.462	5.383	5.070	6.996
Fundo Acumulado	Excesso de receita proveniente dos Estados Membros em relação à despesa acumulada ao longo dos anos	3.900	3.836	4.545	8.179	10.039	9.592
Fundos Especiais dos Estados Membros	Verbas destinadas a projectos especiais aprovados pelo Conselho periodicamente	10.212	8.906	10813	12.839	13.403	11.645
Fundos de Empréstimo ao Pessoal	Fundos destinados à concessão de empréstimos aos funcionários	831	856	812	726	367	412
Fundo de Substituição de Bens	Verbas reservadas pelo Conselho para providenciar recursos para a substituição de activos	-	-	0	1.728		
Total – Fundos de Receita dos Estados Membros		17.310	16.513	21.632	28.855	28.879	28.645
Variação (%)							
Homóloga		5%	-24%	-25%	0%	5%	6%
Ao longo do período		-40%	-42%	-24%	1%	1%	
Outros Fundos							
Fundo de Gratificação	Fundos postos de lado em nome dos funcionários e para o seu benefício no final do contrato	4.589	4.232	3.138	2.626	2.272	1.776
Valores a Pagar	Valores devidos aos fornecedores de bens e serviços	4.027	4.352	3.268	9.414	4.498	2.125
Parceiros de Desenvolvimento	Fundos adiantados pelos parceiros de desenvolvimento	19.787	11.952	17.895	17.201	27.013	22.614
Obrigações de Locação Financeira	Acordo de locação celebrado entre a Bongwe Investments e a SADC para a construção da nova Sede da SADC, através do mecanismo de Construir, Operar e Transferir.	31.858	34.035	35.947	37.660		
Total – Outros Fundos		60.261	54.571	60.248	66.901	33.783	26.515
Variação (%)							
Homóloga		10%	-9%	-10%	98%	27%	52%
Ao longo do período		127%	106%	127%	152%	27%	
Total		77.571	71.084	81.880	95.756	63.738	55.160
Variação (%)							
Homóloga		9%	-13%	-14%	50%	16%	24%

Fundos Usados	Descrição do Fundo	2012/13	2011/12	2010/11	2009/10	2008/09	2007/08
Ao longo do período		41%	29%	48%	74%	16%	
Proporção (%)							
Estados Membros		22%	23%	26%	30%	45%	52%
Outros fundos		78%	77%	74%	70%	53%	48%
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Demonstrações Financeiras da SADC referentes ao exercício findo a 31 de Março de 2013

Durante o exercício de 2012/13, o Secretariado despendeu US\$32 milhões para cobrir a despesa com os programas financiados pelos Estados Membros, o que significa um nível de execução de 94% do orçamento total final de US\$34 milhões, e US\$26,3 milhões da verba disponibilizada para os programas financiados pelos ICP, o que representa uma taxa de execução de 72% do orçamento total final de US\$36,4 milhões.

O volume das actividades que requerem financiamento cedido pelos Estados Membros não encontra correspondência nos recursos financeiros colocados à disposição pelos Estados Membros. Esta situação repete-se desde 2008/09 e, como consequência, o Conselho tem aprovado saques do Fundo de Reserva para cobrir os défices. Foram sacados do Fundo de Reserva 400 mil dólares para financiar as actividades relacionadas com a auditoria forense. O Fundo de Reserva sofre uma erosão, baixando de US\$6,6 milhões existentes em 31 de Março de 2008 para US\$2,4 milhões no final do exercício financeiro de 2012/13.

6.2.4 RISCOS FINANCEIROS QUE O SECRETARIADO ENFRENTA

O Secretariado enfrenta uma série de riscos financeiros. O actual mecanismo de financiamento, envolvendo fundos cedidos pelos Estados Membros e pelos parceiros de desenvolvimento, não dá espaço para a movimentação de fundos entre as acções financiadas por uma fonte para a outra fonte. Esta situação cria riscos financeiros com impacto sobre a sustentabilidade do financiamento e a absorção dos fundos cedidos pelos ICP, conforme a seguir se indica:

O âmbito das acções financiadas pelos Estados Membros não tem sido correspondido, de forma sustentável, pelo nível de financiamento disponível proveniente dos Estados Membros. Esta situação conduz à falta de flexibilidade orçamental pelo facto de, num determinado exercício financeiro, uma importante parcela dos custos financiados pelos Estados Membros ser fixa. Isso resulta na impossibilidade de o Secretariado responder a necessidades não contempladas no orçamento. A outra consequência é a dependência em relação a fundos disponibilizados pelos ICP.

7.0 REFORMAS E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAIS

O Secretariado da SADC está a realizar reformas e a aumentar a capacidade institucional, uma necessidade despoletada pela centralização do Secretariado em Gaborone. Ademais, o reforço do Secretariado também foi imposto pela necessidade de coordenar a implementação do RISDP. Em resposta à necessidade de introduzir reformas, a UE prestou apoio significativo e iniciou um processo de realização de Avaliações Institucionais (AI) desde 2007.

A partir de 2010, o Secretariado, em cooperação com a UE, implementou um programa de reforma institucional designado "Capacitação Institucional para a Integração Regional (CBRI)". Este programa visava apoiar os esforços do Secretariado de fazer a reforma institucional e desenvolver a sua capacidade, com foco específico nos seguintes quatro pilares: padrões contabilísticos, padrões de auditoria externa, controlo interno e aquisições. Por seu turno, este apoio ajudaria a aumentar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento mediante uma melhor coordenação e cooperação com os Parceiros de Cooperação Internacional, para além de colocar os sistemas da SADC ao mesmo nível que as normas e práticas internacionalmente aceites.

Para aferir o desempenho do Secretariado na introdução de reformas nas suas estruturas e procedimentos, foram realizadas 3 Avaliações Institucionais em 2007, 2009 e 2011. A terceira avaliação realizada em 2011 estava dividida em duas fases, realizadas em Maio de 2011 e em Novembro do mesmo ano, respectivamente, resultando em que, finalmente, o Secretariado conseguisse obter a certificação de conformidade institucional em Novembro de 2011.

Foram assinados com a UE, em Novembro de 2012, Acordos de Financiamento para dois projectos, nomeadamente Programa de Desenvolvimento da Capacidade Institucional (ICDP) e Fundo de Cooperação Técnica II (TCF II). O projecto ICDP foi elaborado para dar seguimento ao programa CBRI, para acelerar a consolidação dos ganhos conseguidos na implementação do CBRI e com a finalidade de propiciar que os funcionários abracem uma forte cultura organizacional e a gestão da mudança no Secretariado.

O ICDP preconiza 3 resultados:

- Primeiro Resultado - gestão da mudança liderada pela Direcção Executiva implementada e institucionalizada no Secretariado da SADC;
- Segundo Resultado - capacidade do Secretariado da SADC de gerir programas e os instrumentos de implementação associados fortalecida;
- Terceiro Resultado - estruturas de governação e sistemas de gestão mantidos em conformidade com as práticas internacionalmente aceites.

O TFC II focaliza 4 resultados:

- Primeiro Resultado - maior coerência da cooperação UE-SADC em ambos os níveis nacional e regional;

- Segundo Resultado - identificação e formulação de medidas susceptíveis de promover a integração da SADC e/ou dos seus Estados Membros no contexto mais amplo do continente africano;
- Terceiro Resultado - inclusão de medidas nos planos e orçamentos de investimentos dos Estados Membros da SADC que tenham uma dimensão regional comprovável e que levem a uma integração regional mais profunda;
- Quarto Resultado - participação da sociedade civil na cooperação UE-SADC reforçada.

O ICDP entrou em funcionamento a 1 de Janeiro de 2013, enquanto o uso dos recursos do TCF II começou em Junho de 2013.

Realizaram-se negociações entre o Secretariado e a UE em torno da assinatura de acordos de contribuição, em apoio à Agenda de Integração Regional da SADC, e a UE prestará apoio financeiro directo a programas acordados ao abrigo do 10º FED, que o Secretariado da SADC irá implementar usando os seus próprios procedimentos e processos, proporcionando-lhe, deste modo, maior liberdade para incorporar os recursos do FED de acordo com o seu próprio ciclo de programação.

Foram assinados dois Acordos de Contribuição Financeira para o programa de Cooperação Política Regional (RPC) e o programa de Apoio à Integração Económica Regional (REIS), respectivamente. Os dois programas arrancaram em Abril de 2013.

Um outro programa que será implementado mediante recurso a um Acordo de Contribuição Financeira (CA) - o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) - foi aprovado por Bruxelas, estando em preparação o respectivo acordo de contribuição, que se prevê que seja assinado por todas as partes antes do final de 2013, para evitar a perda de fundos.

8.0 INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

8.1 Processo Tripartido da SADC – COMESA – EAC

Na sequência do regime de rotatividade adoptado pelas três CER em termos de gestão dos trabalhos do mecanismo Tripartido, o Secretariado da SADC preside, desde Abril de 2012, o processo de cooperação.

Durante o período em revista, a coordenação e a harmonização de programas ao abrigo do mecanismo Tripartido da SADC-COMESA-EAC prosseguiram nas seguintes áreas principais:

8.1.1 ZONA DE COMÉRCIO LIVRE TRIPARTIDA

As negociações sobre a ZCL Tripartida foram concluídas em Março de 2013. Foram adoptadas as modalidades de eliminação gradual de tarifas e está em curso as negociações do texto. O calendário das negociações do texto prevê que as negociações sobre o comércio de mercadorias sejam concluídas antes do final de 2014. Em cumprimento da decisão tomada pela II Cimeira Tripartida, no sentido de ser elaborado um programa de trabalho e um roteiro para o pilar de desenvolvimento industrial, o Grupo de Trabalho Tripartido (TTF) encomendou dois estudos de base destinados a produzir a informação que servirá de base para este trabalho. O TTF ainda está a preparar as condições básicas para facilitar a realização das negociações entre os Estados Membros relativamente à circulação de homens de negócio na zona Tripartida.

8.2 UNIÃO AFRICANA (UA) E NEPAD

8.2.1 UNIÃO AFRICANA

O período em análise foi caracterizado pela realização de esforços pela Comissão da União Africana e pelas Comunidades Económicas Regionais visando melhorar os mecanismos de coordenação. Neste contexto, realizou-se um retiro estratégico entre a Comissão da União Africana (CUA) e as Comunidades Económicas Regionais (CER) em Março de 2013, em Durban, África do Sul.

A seguir se apresentam alguns dos pontos discutidos no retiro:

- (i) visão e implementação do Protocolo sobre as relações entre a UA e as CER;
- (ii) reforço da Parceria de Paz e Segurança entre a UA e as CER ;
- (iii) avaliação do estágio de integração no continente;
- (iv) reforço do diálogo conjunto entre a CUA e as CER na coordenação e materialização das parcerias estratégicas.

8.2.2 NEPAD

O Secretariado mais quatro Estados Membros da SADC continuaram a participar nas reuniões do Comité Directivo (CD) e no Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo (HSGOC). Actualmente, a SADC é representada no CD e no HSGOC pela África do Sul, Malawi, Zâmbia e Zimbabwe.

Em janeiro de 2013, Sua Excelência Mackay Sall, da República do Senegal, foi eleito novo Presidente do Comité de Orientação da NEPAD por um mandato de dois anos.

As actividades da NEPAD continuaram centradas nas seguintes áreas principais:

- (i) Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP);
- (ii) Estudo sobre a Mobilização de Recursos Nacionais para os programas da NEPAD;
- (iii) Iniciativa Presidencial de Promoção de Infra-estruturas (PICI);
- (iv) Envolvimento de África em Parcerias Estratégicas.

O Secretariado da SADC continuou a trabalhar com a Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD na implementação das actividades acima referidas na Região da SADC.

9.0 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O Secretariado continuou a manter contactos com os Parceiros de Cooperação Internacional para facilitar a mobilização de recursos para a implementação de programas e projectos regionais. A cooperação entre a SADC e os parceiros de desenvolvimento é orientada pela Declaração de Windhoek (2006) e os programas prioritários implementados derivam do RISDP e do SIPO.

Os parceiros de desenvolvimento que continuaram a contribuir recursos significativos incluem a União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), o BAD, o Banco Mundial, a Commonwealth, a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e o Fundo Global. Algumas instituições regionais, tais como o Fórum para a Investigação Agrária em África (FARA) e a *Southern Africa Trust - SAT*, também continuaram a prestar o seu apoio técnico e financeiro.

Foi ainda obtido apoio significativo de vários países, entre os quais a Alemanha, a França, a Noruega, a Suécia e o Reino Unido.

9.1 COOPERAÇÃO SADC - UE

Prosseguiu a implementação de programas no quadro da cooperação entre a SADC e a UE, tendo-se registado a conclusão de todos os programas previstos no 9º Documento de Estratégia Regional / Programa Indicativo Regional (RSP/PIR), como também foi concluída a programação para o 10º RSP/PIR, havendo sido autorizados todos os recursos e assinados os acordos de contribuição financeira para o Programa de Cooperação Política Regional e o Programa de Apoio à Integração Económica Regional. Os pormenores sobre a situação dos projectos previstos no quadro do 10º FED e do 11º FED constam no Relatório de Balanço sobre a Cooperação SADC-UE.

9.1.1 PROGRAMA INDICATIVO REGIONAL DO 10º FED

Os dois sectores focais previstos no Documento de Estratégia Regional e no Programa Indicativo Regional do 10º FED são (a) Integração Económica Regional, com 4 projectos, e (b) Cooperação Política Regional, com um projecto. A primeira área focal, nomeadamente Integração Económica Regional, tem como objectivo providenciar apoio alargado ao aprofundamento das políticas comerciais de integração económica da SADC, incluindo a promoção do investimento, infra-estruturas regionais e segurança alimentar. A segunda área focal, a Cooperação Política Regional, visa apoiar o reforço das capacidades direccionadas à governação democrática e do papel da SADC como um pilar regional da arquitectura de Paz e Segurança Pan-Africana.

A programação do 10º FED foi concluída em 2013 e, no último trimestre de 2012, foram recebidas as decisões de financiamento para outros três projectos ao abrigo de Acordos de Contribuição – o Programa de Apoio à Integração Económica Regional (REIS), o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) e Apoio ao AFRITAC Sul.

Os Acordos de Contribuição para o Programa Regional de Cooperação Política e o REIS foram assinados em Dezembro de 2012 e Março de 2013, respectivamente, e os dois projectos arrancaram em 1 de Abril de 2013. O Acordo de Contribuição Financeira para o PPDF será assinado antes do final de 2013. A Tabela 5 apresenta o ponto de situação dos projectos do 10º FED.

Tabela 6 Situação dos Projectos e Programas elaborados para financiamento no quadro do 10º FED

No.	Projecto/Programa	€mil	AAP	Situação em Maio de 2013	Duração
Sector Focal 1: Integração Económica Regional					
1.	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF)	12	2012	Ficha de Acção submetida em Fevereiro de 2012; Aprovado por Bruxelas	2013 – 2018
2.	Apoio à Integração Económica Regional (REIS)	20	2012	Acordo de Contribuição Financeira assinado em Março de 2013 e o projecto foi operacionalizado a 1 de Abril de 2013	2013 – 2017
3	Programa de Capacitação Institucional	12	2012	Acordo de Contribuição Financeira assinado em Março de 2012 e o projecto foi operacionalizado a 1 de Abril de 2013	2013 – 2015
4	Iniciativa de Energia Sustentável para Todos da ONU (SE4ALL)	32		Gerido pela UE em Bruxelas	2014 – 2018
	Mecanismo de Financiamento relacionado com o Comércio		2012	Aguarda-se o aval	
Sector Focal 2: Integração Política Regional					
5	Programa Regional de Cooperação Política (RPC)	18	2011	Acordo de Contribuição Financeira assinado em Março de 2012 e o projecto foi operacionalizado a 1 de Abril de 2013	2013 – 2017
Sectores não focais					
6	Fundo de Cooperação Técnica 1 (TCF I)	6	2011	Acordo de Financiamento assinado e projecto operacional	2011 – 2014
7	Fundo de Cooperação Técnica 2 (TCF II)	6	2012	Acordo de Financiamento assinado em Novembro de 2012 e projecto operacional	2013 – 2017
8	Apoio à MESA	5	2011	Projecto operacional	2012 - 2017
9	Apoio ao AFRITAC Sul	5	2012 - ad hoc	Projecto operacional	2013 - 2015

Nota:

- AAP: Programa de Acção Anual
- MESA: Monitorização do Meio Ambiente e da Segurança em África
- AFRITAC Sul Centro Regional de Assistência Técnica do FMI para África
- Embora o financiamento para o Mecanismo de Financiamento relacionado com o Comércio tivesse sido cancelado pela UE em Abril de 2011, o projecto continua presente na tabela visto que a Ficha de Acção foi submetida a Bruxelas no fim de Novembro de 2012 com a possibilidade de obtenção de financiamento a partir das reservas do 10º FED.

A Ficha de Acção do Mecanismo de Financiamento relacionado com o Comércio (32 milhões de Euros) foi submetida a Bruxelas em Novembro de 2012. Prevê-se que o projecto seja financiado com o recurso a reservas do FED (dotação inicial prevista no PIR do 10º FED da SADC cancelada em Abril de 2012). Ainda se aguarda uma decisão sobre a Ficha de Acção submetida.

9.1.2 PROGRAMAÇÃO PARA O 11º FED

Os preparativos para o 11º FED ainda não começaram. À semelhança de outras regiões ACP, a SADC está a dialogar com a UE sobre os preparativos para o 11º FED, à luz da nova Política de Desenvolvimento da UE conhecida por "Agenda para a Mudança". A nova política propõe uma nova abordagem à programação de recursos do FED, que inclui requisitos e princípios adicionais que devem ser observados pelos beneficiários na elaboração dos PIR do 11º FED.

Prevê-se que a UE emita brevemente as linhas de orientação regionais para a preparação do 11º FED de modo a permitir o arranque atempado da programação do PIR. O Secretariado organizará workshops de planificação com os Estados Membros e outros actores intervenientes para a elaboração do PIR do 11º FED com base na Estratégia a Médio Prazo da SADC, nos resultados da Avaliação do RISDP e noutros documentos relevantes da UE, na qualidade de parceiro de cooperação. Este processo será seguido das fases de identificação e formulação para se desenvolver Fichas específicas de Identificação de Projectos (FIP/PIF) e Fichas de Acção (FA).

9.1.3 DIÁLOGO POLÍTICO MINISTERIAL SADC/UNIÃO EUROPEIA

A SADC e a UE reiteraram o seu compromisso de continuar a cooperar durante o encontro de Diálogo Político Ministerial realizado a 20 de Março de 2013, em Maputo, Moçambique, evento que marcou o 19º aniversário do início do diálogo SADC-UE.

O diálogo político culminou com a assinatura de um Comunicado Conjunto que contempla os resultados do diálogo de alto nível. As duas partes trocaram informação sobre a evolução da situação económica e política nas duas regiões bem como sobre a nova Política de Desenvolvimento da UE designada *Agenda para a Mudança* a ser implementada num período de sete anos, de 2014 a 2020, com a finalidade de produzir um maior impacto e melhores resultados.

No encontro, as duas partes debruçaram-se sobre matérias relacionadas com a cooperação entre si e debateram, entre outros, os seguintes pontos:

- (i) Parceria Estratégica entre África e a União Europeia;
- (ii) Integração Económica na SADC e Prioridades na Cooperação SADC-UE;
- (iii) Integração Política Regional da SADC;
- (iv) Prioridades de desenvolvimento da UE.

As partes testemunharam a assinatura do Acordo de Contribuição Financeira de 20 milhões de Euros entre a SADC e a UE destinados ao Programa de Apoio à Integração Económica Regional para apoiar a SADC nos seus esforços visando a remoção das barreiras ao comércio e melhorar o ambiente de negócios na Região. Trata-se de um dos programas financiados com recursos previstos no 10º FED.

O diálogo político entre a SADC e a UE deverá ser reforçado periodicamente com a realização de Reuniões de Altos Funcionários, que terão lugar anualmente, e reuniões ministeriais, a serem organizadas de dois em dois anos, devendo o local das mesmas ser alternado entre as regiões da UE e da SADC.

9.2 SADC-BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) continua a desempenhar um papel importante no apoio à implementação de programas de desenvolvimento económico na região da SADC, através da cooperação com o Secretariado em matéria de programas regionais e através da cooperação bilateral com os diferentes Estados Membros da SADC.

O actual apoio prestado pelo BAD está avaliado em AU 62,4 milhões, para 8 projectos. O Secretariado da SADC é a Agência de Implementação de 5 projectos, dedicados às áreas da agricultura, de água e saneamento, da educação, de transporte e da saúde. A Tabela 6 seguinte apresenta o estágio dos projectos.

Tabela 7: Estágio dos projectos até Setembro de 2012

Designação do Projecto	Data de Aprovação	Data de Encerramento	Montante Aprovado (Mil. UA)	Total Desemb. (Mil. UA)	% Desemb. Set. 2012)	Real Execução (2012)
Fortalecimento de Instituições para a Gestão de Risco para o Projecto de Doenças Animais Transfronteiriças (TADs)	13.12.2006	30.12.2013	13,70	9,668	70,46	70
Projecto de Apoio aos Cursos de Água Compartilhados	25.01.2006	30.12.2013	9,380	4,023	42,89	52
Projecto de Capacitação em Ensino Aberto e à Distância (EAD)	20.12.2006	31.07.2014	15,000	7,109	47,40	63
Projecto de Apoio ao Controlo de Doenças Transmissíveis	31.05.2006	31.04.2013	20,00	8,711	43,56	63
Assistência Técnica - SADC (Estudo sobre a Ponte de Kazungula)	1.12.2006	30.06.2012	0,350	0,171	49,14	100
Estudo sobre a Modernização do Corredor Norte-Sul da SADC: Botswana/Zâmbia	5.02.2006	30.06.2013	1,450	1,392	96,05	100
		31.12.2013	0,600	0,519	86,60	
Apoio ao Programa de Água e Saneamento da SADC	4.06.2009	31.10.2013	1,997	0,800	40,06	15

A implementação de algumas das actividades dos projectos foi gravemente afectada por constrangimentos causados, entre outros, por atrasos na concessão de autorizações (*No Objections*) pelo Banco. Os funcionários do Secretariado e do Banco continuam a trabalhar em conjunto na identificação dos nós de estrangulamento de modo a melhorar a implementação das actividades dos projectos.

9.3 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A ALEMANHA

Durante o período em análise, realizaram-se negociações bilaterais entre a SADC e a Alemanha, em Julho de 2013, em Bona e Berlim, Alemanha. Nas consultas, as partes reafirmaram o objectivo da cooperação de desenvolvimento entre a SADC e a Alemanha, que consiste em contribuir para a paz e segurança e para a concretização dos ODM na região da SADC, através do apoio à agenda de integração regional. As seguintes áreas prioritárias identificadas em 2011 foram reconfirmadas:

- a) exploração e protecção transfronteiriças de recursos naturais;
- b) integração económica regional; e
- c) gestão das águas transfronteiriças.

A República Federal da Alemanha comprometeu-se a disponibilizar um montante total de 56,9 milhões de Euros, compreendendo 40,5 milhões de Euros para a Cooperação Técnica (CT) e 16,4 milhões de Euros para Cooperação Financeira (CF) em projectos e programas ao abrigo das áreas prioritárias de cooperação. Este montante é disponibilizado através do Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento e deve ser utilizado até Julho de 2020 para apoiar a implementação dos programas prioritários da SADC no quadro da Cooperação SADC-Alemanha.

A Tabela 4 abaixo ilustra a visão geral sobre os compromissos assumidos em 2012 e 2013 em relação aos programas inseridos na Cooperação SADC-Alemanha.

Tabela 8: Visão Geral sobre a Autorização de Fundos no âmbito da Cooperação SADC – Alemanha

Projecto/Programa	CF / CT	Referência do Projecto BMZ	Autorizações em 2012, em €	Autorizações em 2013, em €	Continuação Sim/Não	Instrumento de CF
Área Prioritária: Integração Económica Regional						
Reforço da capacidade e de competências no domínio de Políticas Económicas e do Comércio na SADC/ Stärkung der wirtschafts- und handelspolitischen Kapazitäten und Kompetenzen in der SADC	CT	2011.2239.9	2,2 Milhões	3,0 Milhões	Sim	
Reforço da Qualidade de Infra-estruturas para o Comércio e a Defesa do Consumidor/ Stärkung der Qualitätsinfrastruktur für den Handel und den Verbraucherschutz in der SADC Region	CT	2012.2297.5	1,5 Milhões	--	Sim	
Subtotal CT			3,7 Milhões	3,0 Milhões		
Subtotal 1			3,7 Milhões	3,0 Milhões		
Área Prioritária: Exploração e Protecção Transfronteiriças de Recursos Naturais						
Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango-Zambeze	CF	2012.6651.9	15,5 Milhões	--	Sim	Subvenção
Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo / Transnationale Naturschutzgebiete Great Limpopo Park	CF	2012.6652.7	7,0 Milhões	--	Sim	Subvenção
Área de Conservação Transfronteiriça de Malawi-Zâmbia / Grenzüberschreitendes Schutzgebiet Malawi-Sambia	CF	2012.6653.5 2013.6638.4	13,0 Milhões	5,0 Milhões	Sim	Subvenção
Subtotal CF			35,5 Milhões	5,0 Milhões		
Adaptação às Alterações Climáticas nas Zonas Rurais / Klimaanpassung im ländlichen Raum	CT	2013.2244.5	--	4,0 Milhões	Não	

Projecto/Programa	CF / CT	Referência do Projecto BMZ	Autorizações em 2012, em €	Autorizações em 2013, em €	Continuação Sim/Não	Instrumento de CF
Subtotal CT			--	4,0 Milhões		
Subtotal 2 (CF+CT)			35,5 Milhões	9,0 Milhões		
Cooperação fora das áreas prioritárias						
Apoio à Paz, Segurança e Boa Governação na Região da SADC / Unterstützung von Frieden, Sicherheit und Good Governance in der SADC-Region	CT	2010.2208.6	2,0 Milhões	2,7 Milhões	Sim	
Reforço da Agenda de Reforma e da Capacidade de Gestão das Instituições da SADC (ProGRESS)/ Stärkung der Reformagenda und Managementstrukturen von SADC-Institutionen	CT	2011.2240.7	1,0 Milhões	--	Sim	
Subtotal CT			3,0 Milhões	2,7 Milhões		
Subtotal 3			3,0 Milhões	2,7 Milhões		
Total Geral (dos subtotais 1 - 3)			42,2 Milhões	14,7 Milhões		

Nota: CF - Cooperação Financeira
CT - Cooperação Técnica

9.4 COOPERAÇÃO SADC – JAPÃO

9.4.1 V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TÓQUIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA

O Secretariado participou na V Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África (TICAD V) realizada de 1 a 3 de Junho de 2013, em Yokohama, Japão, que também serviu de comemoração do 20º aniversário do processo TICAD. O Tema da TICAD V foi: "*De mãos dadas com uma África mais dinâmica*", e foram temas subsidiários:

- (i) Economia Sólida e Sustentável;
- (ii) Diálogo com o Sector Privado;
- (iii) Paz e Estabilidade;
- (iv) Sociedade Inclusiva e Vigorosa.

A Conferência adoptou a Declaração de Yokohama, que identifica as abordagens estratégicas da TICAD V em apoio aos esforços de África, especialmente as adoptadas pela União Africana para a inclusão do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), o Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (APRM) e o projecto de Aceleração do Desenvolvimento Industrial em África (AIDA);

A Declaração descreve as abordagens estratégicas para a promoção de um crescimento impulsionado pelo sector privado; a aceleração do desenvolvimento de infra-estruturas; o potenciamento dos agricultores, no seu papel de actores económicos essenciais; a promoção de crescimento sustentável e vigoroso; a criação de uma sociedade inclusiva para o crescimento e consolidação da paz; a estabilidade e a boa governação; e o estabelecimento de um novo quadro de desenvolvimento internacional: fazer ouvir a voz de África na agenda de desenvolvimento pós-2015.

9.4.2 SEMINÁRIO DA SADC/OCDE/IFC/JICA SOBRE 'SUPERACÃO DOS OBSTÁCULOS PARA A PARTICIPAÇÃO DO SECTOR PRIVADO NAS INFRA-ESTRUTURAS AFRICANAS'

A SADC, em colaboração com a JICA, a OCDE, a IFC e a NEPAD, organizou a 31 de Maio de 2013, à margem da TICAD V, um seminário intitulado "*Superação dos Obstáculos para a Participação do Sector Privado nas Infra-estruturas em África*". No Seminário foram abordados os desafios e os constrangimentos comuns para o investimento em infra-estruturas em África, e as opções para a sua superação e para destacar as prioridades para a reforma.

Durante o Seminário, o Secretariado apresentou o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC fazendo um resumo detalhado dos projectos regionais de infra-estruturas contidos no Plano de Acção a Curto Prazo (STAP) a serem implementados no período de 2013 a 2017 e que requerem um valor total estimado em 64,32 mil milhões de dólares norte-americanos. Num esforço visando apresentar o programa regional de infra-estruturas estimado em vários biliões de dólares americanos e atrair investidores para a sua implementação, a Directora de TIFI explicou a uma audiência de mais de 150 empresários japoneses e outras instituições financeiras internacionais que a SADC reconhece o papel crucial do sector privado e que a Região havia elaborado uma política-quadro para o estabelecimento de parcerias público-privado de modo a abrir espaço para a participação do sector privado na execução de projectos.

Sua Excelência Paulo Zucula, Ministro dos Transportes e Comunicações da República de Moçambique, que também é o actual Presidente do Comité dos Ministros responsáveis pelas Infra-estruturas, descreveu a Visão 2027 de Infra-estruturas da SADC nos domínios de energia, turismo, transporte, meteorologia, TIC e águas. O Ministro Zucula também reafirmou o compromisso dos Estados Membros da SADC de criar um ambiente favorável para a execução de projectos regionais de infra-estruturas e concluiu anunciando a realização a 28 de Junho de 2013, em Maputo, Moçambique, da Cimeira sobre Investimento em Infra-estruturas da SADC destinada a lançar os projectos contidos no Plano de Acção a Curto Prazo do RIDMP.

Por seu turno, o Secretário Executivo Adjunto, Eng. João Samuel Caholo, descreveu os instrumentos elaborados pela Região da SADC em preparação da implementação do RIDMP, particularmente o estabelecimento do Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) e do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, cujo capital inicial se situa em US\$1,2 mil milhões. O Eng. Caholo convidou o sector privado e outros parceiros a prepararem-se para participar no Fundo Regional.

9.5 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E OS ACTORES NÃO ESTATAIS (ANE)

O Tratado da SADC reconhece os principais actores interessados como parceiros importantes na implementação do Programa de Acção da SADC. O Artigo 23º do Tratado dispõe sobre a participação dos principais actores interessados e os define como sendo o sector privado, a sociedade civil, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as organizações dos trabalhadores e dos empregadores. Contudo, diversas organizações que trabalham e representam várias partes interessadas e interesses e que não constam na lista prevista neste Artigo tais como grupos religiosos, de jovens, de defensores dos direitos humanos e que lidam com matérias de governança foram surgindo na Região. Estas organizações também têm manifestado a sua vontade de serem reconhecidas e de lhes ser dada a oportunidade de participar activamente na materialização da agenda de integração regional da SADC.

O Secretariado da SADC tem estado a trabalhar com os Actores Não Estatais em algumas actividades chaves tais como elaboração do ISDP; participação nas

Conferências Consultivas da SADC; participação na Conferência Internacional da SADC sobre Pobreza e Desenvolvimento; lançamento da Zona de Comércio Livre da SADC; e consultas sobre a elaboração de uma proposta para o Observatório da Pobreza da SADC.

O Secretariado da SADC também participa nos encontros anuais do Fórum da Sociedade Civil da África Austral para informar os Actores Não Estatais sobre o progresso feito na implementação de programas visando a concretização dos objectivos nobres de integração regional da SADC. Os Actores Não Estatais são continuamente envolvidos nas actividades tais como a avaliação do RISDP e do Observatório Regional da Pobreza, só para mencionar algumas.

Para reforçar a relação entre a SADC e os Actores Não Estatais, o Secretariado está a colaborar com um dos seus parceiros de cooperação no levantamento de todas as organizações representativas das partes interessadas na Região e recomendar um mecanismo de colaboração entre a SADC e estes actores intervenientes. Prevê-se que este exercício seja concluído, o mais tardar, até Outubro de 2013. Este exercício também ajudará o Secretariado a actualizar a lista dos actores interessados chave e apresentá-la ao Conselho para tomar nota, conforme orientação dada pelo Conselho em Agosto de 2011.

10. CONCLUSÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

O presente relatório reflecte o ponto de situação da implementação dos projectos e programas e dos esforços levados a cabo pelo Secretariado da SADC rumo à concretização dos objectivos constantes no RISDP e no SIPO e dos resultantes de decisões periodicamente tomadas pelos órgãos de decisão sobre políticas da SADC.

A revisão e o lançamento do SIPO representaram um grande marco na área de política, paz e segurança na Região. Como prova dos resultados positivos dos esforços de mediação levados a cabo nos Estados Membros a braços com problemas políticos, Zimbabwe realizou com sucesso o Referendo Constitucional em Março de 2013. O Projecto de Constituição foi promulgado em lei nacional em Maio de 2013 e, em Julho de 2013, realizaram-se eleições livres e pacíficas.

Foram dados passos significativos na facilitação do estabelecimento da ZCL na Região. Os Estados Membros participantes implementaram plenamente a ZCL. Estão excluídos desta lista a Tanzânia e o Zimbabwe, que solicitaram derrogações na implementação de alguns dos seus compromissos tarifários. Como alavanca na consolidação da ZCL, o Protocolo sobre o Comércio de Serviços foi assinado em Agosto de 2012.

Foram elaborados e aprovados em Novembro de 2012 políticas destinadas a incrementar a competitividade produtiva na Região. As políticas em questão incluem a Política-Quadro de Desenvolvimento Industrial e o Sistema Global Harmonizado (GHS) da SADC para a Classificação e a Rotulagem de Produtos Químicos Perigosos.

A importância do desenvolvimento de infra-estruturas materiais para a integração regional não pode ser subestimada. Depois da aprovação do RIDMP em Agosto de 2012, tiveram lugar duas conferências sobre investimento onde foram feitas apresentações sobre as potencialidades existentes a investidores internacionais e regionais.

A degradação dos solos e a exploração insustentável de alguns dos recursos naturais da Região, entre outros factores, continuam a produzir um impacto negativo sobre a segurança alimentar na Região. Outrossim, a elevada dependência em relação à agricultura de sequeiro continua a colocar desafios reais para a produção alimentar. Por isso, está claro que os Estados Membros devem adoptar planos mais inovadores e arrojados para reverter a situação, que deixa vulneráveis inúmeras pessoas na Região. Devem ser tomadas medidas destinadas a apoiar as populações afectadas a curto prazo e incentivar a produção a longo prazo.

Não obstante os desafios enfrentados em diferentes níveis, registaram-se avanços significativos na execução das actividades planeadas no domínio do Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais. Entre os desafios enfrentados contam-se os impedimentos estruturais existentes na Região tais como o deficiente aprovisionamento e as limitações que caracterizam a gestão do fornecimento, o que resulta no esgotamento de *stocks* de medicamentos e artigos essenciais de combate à malária; falta de recursos financeiros adequados; e falta de sistemas de gestão da informação para garantir a disponibilidade de dados de qualidade e em tempo oportuno para a tomada de decisões.

Embora tenham sido tomadas várias medidas para mitigar os efeitos dos problemas identificados, é imperioso que, em cumprimento da decisão do Conselho de Ministros

tomada em Março de 2012, as dotações orçamentais colocadas à disposição do Secretariado para os sectores sociais no exercício financeiro de 2013/14 e adiante sejam incrementadas para incentivar a materialização dos resultados projectados de modo a desenvolver a capacidade humana necessária para, entre outros aspectos, contribuir para a redução da pobreza na Região.

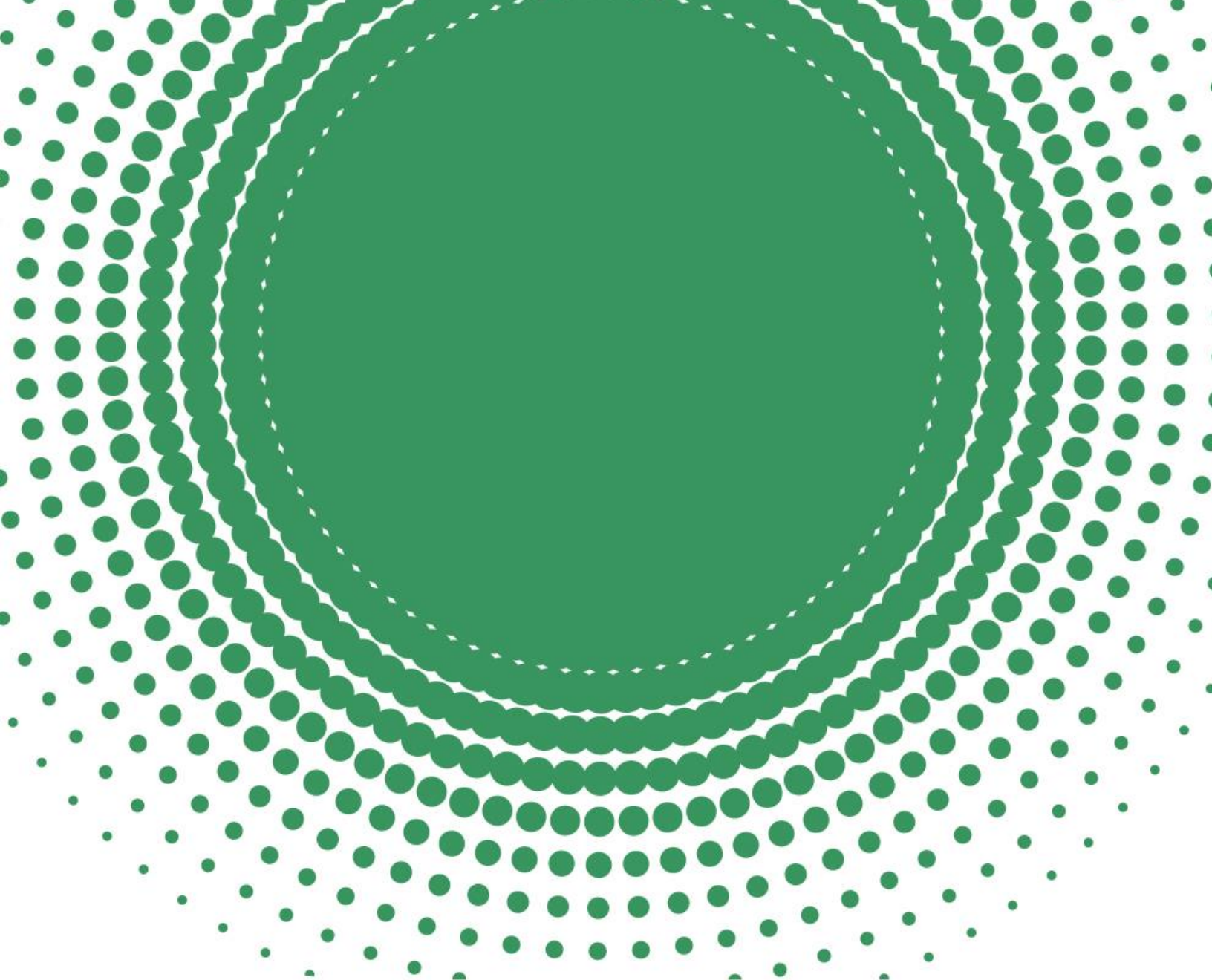
Os esforços visando garantir o alinhamento estratégico das operações do Secretariado com os objectivos e as metas da SADC conduziram à elaboração da proposta de Estratégia de Médio Prazo do Secretariado da SADC para o período de 2014-2019, o que, por sua vez, culminou com a elaboração do Plano Institucional e dos Planos Operacionais Quinquenais, o que representa um desvio em relação ao plano trienal que era o Documento de Previsão Orçamental.

A avaliação da implementação do RISDP foi efectuada por uma empresa de consultoria regional independente e, com base nos resultados desta avaliação, a mensagem para a SADC é que ela deve “voltar às suas raízes”, isto é, deve reconsiderar a integração no desenvolvimento, a diversificação económica e o desenvolvimento de infra-estruturas.

A insuficiência de recursos financeiros e humanos continuou a impedir a implementação eficiente e eficaz dos projectos e programas regionais. A falta de cumprimento das obrigações financeiras por alguns Estados Membros agravou a situação pois alguns planos tiveram que ser suspensos devido à falta de fundos para a sua materialização durante o período em análise. Todavia, o Secretariado continuou a envidar esforços de mobilização de recursos para a implementação de alguns programas e projectos regionais. Como resultando, a Região, através do Secretariado, continuou a receber apoio financeiro e técnico de organizações internacionais e de diferentes países.

Apesar dos desafios enfrentados durante a facilitação da implementação dos projectos e programas de integração regional, o Secretariado permanece empenhado em ser uma instituição eficiente e eficaz que opera em conformidade com os padrões e as práticas internacionalmente aceites. Este compromisso foi testemunhado pela certificação do Secretariado qualificando-o a beneficiar de apoio mediante a celebração de Acordos de Contribuição Financeira (CA) com a UE.

Para sustentar as iniciativas levadas a cabo ao nível regional, o Secretariado continua a depender dos Estados Membros demonstrarem o mesmo empenho em relação à agenda de integração regional para que os desafios económicos e políticos emergentes sejam resolvidos colectivamente.



SOBRE A SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma organização fundada e apoiada por países da África Austral que visa promover a cooperação socioeconómica, política e de segurança a nível dos seus membros e fomentar a integração regional, a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza e integra os seguintes Estados-Membros: Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

As informações contidas nesta publicação podem ser reproduzidas, utilizadas e partilhadas com pleno conhecimento do Secretariado da SADC.

Southern African Development Community (SADC), SADC House, Plot No. 54385
Central Business District, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848/3181070, Website: www.sadc.int
Email: prinfo@sadc.int or registry@sadc.int or webmaster@sadc.int

@2020 SADC Secretariat

